

# PREGÃO ELETRÔNICO

90028/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (153163)

## OBJETO

Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa, serviços de guias-intérpretes e serviços de profissional de apoio escolar, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 13.315.642,16

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item, com agrupamento de itens em lote

## MODO DE DISPUTA

Aberto

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**Pró-Reitoria de Administração - PROAD**  
**Departamento de Licitações - DPL**

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 5º andar, Prédio da Reitoria 2  
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400  
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82  
Site: [www.licitacoes.ufsc.br](http://www.licitacoes.ufsc.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026**

**Processo Administrativo nº 23080.018429/2025-72**

Torna-se público que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Departamento de Licitações (DPL/PROAD), sediado na rua Desembargador Vitor Lima, 222, Prédio II da Reitoria, Trindade, Florianópolis/SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa, serviços de guias-intérpretes e serviços de profissional de apoio escolar, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**1.3.** Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e as especificações descritas e publicadas no Sistema de Compras do Governo Federal, prevalecerão as constantes neste Edital.

**1.4.** Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no Termo de Referência e as especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar, prevalecerão as constantes no Termo de Referência.

**1.5.** Todos os interessados na disputa deste certame ficam cientificados acerca da especificação final a ser considerada para a oferta de suas propostas e posterior execução do objeto.

**1.6.** Não serão aceitos, em quaisquer etapas do processo de aquisição/contratação, argumentos de que a proposta foi ofertada e aceita com especificações inferiores ao exigido neste Edital, uma vez que é responsabilidade irrevogável do licitante atender plenamente ao descritivo mínimo exigido no certame.

**1.7.** O licitante, ao ingressar na disputa do certame, se compromete a fornecer produtos/serviços de acordo com as exigências do ato convocatório, sendo inegociável tal condição, e declara estar ciente de que, deixando de atender às especificações do Edital, estará prestando falsa declaração e, assim, se sujeitando à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**3.6.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**3.6.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.6.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.6.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.6.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**3.6.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.10.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.6.11.** sociedades cooperativas;

**3.6.12.** pessoas físicas;

**3.6.13.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**3.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**3.8.** O impedimento de que trata o subitem 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.11.** O disposto nos subitens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.13.** A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.1.1.** Os critérios de aceitabilidade/julgamento das propostas estão indicados detalhadamente no item 7 do Edital.

**4.1.2.** Os critérios de habilitação dos licitantes estão indicados detalhadamente no item 8 do Edital.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 8.1.6 e 8.12.1 deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**4.6.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**4.7.** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546/2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973/2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**4.7.1.** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973/2024.

**4.8.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.8.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.8.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.9.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

**4.9.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**4.9.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**4.9.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**4.9.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**4.9.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**4.9.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**4.9.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**4.9.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**4.9.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**4.9.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações;

**4.9.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**4.10.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**4.11.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

**4.12.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.13.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.14.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.15.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.15.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.15.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.16.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.16.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.16.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.17.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.18.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.19.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** valor unitário do item;

**5.1.2.** marca;

**5.1.3.** fabricante;

**5.1.4.** quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no Edital.

**5.2.** Não é permitida a indicação de duas marcas/modelos ou alternatividade entre os mesmos.

**5.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.4.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

**5.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.7.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**5.7.1.** No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

**5.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.9.** Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

**5.10.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer



os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.10.1.** O prazo de validade da proposta deverá ser de **100 (cem) dias** a contar da data de abertura do certame. Havendo a menção diferenciada deste prazo, o mesmo será desconsiderado e prevalecerá a regra estabelecida neste subitem como condição de participação, não sendo, assim, motivo para desclassificação da proposta no caso de divergência.

**5.10.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**5.10.3.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**5.10.4.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**5.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5.12.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

**5.13.** Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

**5.14.** Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

**5.15.** A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

**5.16.** No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

**5.16.1.** declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, conforme modelo editável em <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>;

**5.16.2.** cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

**5.16.3.** cópia do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

**5.16.4.** declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer, a depender do critério de julgamento, lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.10.** Será adotado, para o envio de lances no Pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, sendo que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.10.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.10.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances

conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

**6.10.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.10.5.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.17.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14133/2021.

**6.17.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

**6.17.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**6.18.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também

fizerem jus às margens de preferência, conforme art. 5º, §9º, inciso I do Decreto nº 8538/2015.

**6.18.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo licitante classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**6.18.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.18.4.** O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.18.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.18.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18.7.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**6.20.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.20.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

**6.20.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430/2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;

**6.20.4.** declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

**6.21.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.21.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.21.2.** empresas brasileiras;

**6.21.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.21.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**6.22.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**6.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.23.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

**6.23.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.23.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.23.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.23.5.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.23.6.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6.25.** É de inteira responsabilidade do licitante manter-se atento ao seu endereço eletrônico (e-mail registrado no SICAF ou informado na proposta comercial) durante todo o transcurso do certame, de modo a evitar a sua desclassificação pelo descumprimento de eventuais diligências que poderão ser solicitadas diretamente por este canal de comunicação, não cabendo eventuais alegações de desconhecimento ou de não acompanhamento, uma vez que este canal é indispensável na condução do certame.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (<https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (<https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

**7.1.4.** Lista de Licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**7.2.1.** A consulta ao CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**7.2.2.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Licitantes Inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

**7.3.** Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

**7.5.1.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**7.6.** O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, caso necessário, os seguintes documentos de aceitação:

**a)** Planilhas de Custos e Formação de Preços, nos termos do Anexo III.

**7.7.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

**7.8.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

**7.8.1.** CCT SEAC 2026 (SC000124/2026 e SC000110/2026 - Blumenau);

**7.8.2.** O(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

**7.9.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.9.1.** conter vícios insanáveis;

**7.9.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.9.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.9.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.9.5.** não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

**7.9.6.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.10.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.10.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

**7.10.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.10.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.11.** Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**7.11.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

**7.11.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.

**7.11.3.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**7.11.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.12.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.13.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta. Recomenda-se a utilização do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços do Anexo III, disponível em formato editável em: <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>, devendo traduzir o custo unitário do posto a ser contratado, dentro dos limites estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência).

- a) Ao preencher a planilha de custos o licitante deve informar a real sistemática tributária a que se encontra atrelado, notadamente deixando de inserir as contribuições paraestatais SESC e SENAC caso esses encargos sociais não lhes sejam exigíveis, quer seja por decorrência de lei, decisão administrativa (Fisco) ou judicial que assim o tenha determinado.
- b) Somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174/2024.

**7.13.1.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**7.13.2.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

**7.13.3.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**7.13.4.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**7.13.5.** Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser



informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

**7.13.6.** O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

**7.13.7.** O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para a readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

**7.13.8.** O Pregoeiro deverá verificar se as previsões do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

**7.13.9.** Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado como paradigma.

**7.14.** Na fase de aceitação da proposta e a critério do Pregoeiro e da equipe de apoio, caso entendam como pertinente, poderá ser solicitada documentação diversa ao licitante, no que tange à inserção exigida no item 7.13, razão que motivará a concessão do prazo de 2 (duas) horas para a complementação documental.

**7.15.** Caso seja do interesse do licitante, poderá anexar quantos documentos julgar pertinente em relação ao item 7.13 para o(s) serviço(s) ofertado(s), desde que comprove o que está sendo exigido neste item, sob pena de desclassificação da proposta.

**7.16.** Primando pelos princípios da celeridade e eficiência, solicita-se que o licitante, ao enviar a planilha de que trata o item 7.13, antecipe o envio dos seguintes documentos:

- a)** Acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa indicada na planilha.
- b)** Relatório ou demonstrativo do cálculo do valor do GILRAT (SAT) ajustado contendo a discriminação das alíquotas (FAP e RAT), bem como a DCTFWeb da última competência entregue para comprovação da contribuição, contendo:
  - b.1)** Relatório resumo de débitos.
  - b.2)** Relatório da declaração completa.
  - b.3)** Recibo de entrega.
- c)** Comprovante de consulta ao FapWEB referente ao ano corrente.
- d)** Comprovante do atual regime tributário da empresa:
  - d.1)** Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, apresentar ainda comprovante do Anexo e da Faixa de tributação em que se encontra, bem como da Receita Bruta informada.
- e)** Para as empresas enquadradas no item 5.7 deste Edital:

**e.1)** Planilha editável que demonstre o cálculo das alíquotas médias efetivas de PIS e COFINS.

**e.2)** Relatório mensal da EFD-Contribuições e Demonstrativo de Faturamento (assinado pelo contador) a fim de comprovar os valores utilizados.

**f)** Demonstrativo detalhado dos custos dos itens relacionados no Módulo 5 da Planilha de Custos e Formação de Preço – Insumos Diversos.

**7.16.1.** Os licitantes participantes ficam cientes que o Pregoeiro e/ou a equipe de apoio poderão solicitar quaisquer documentos elencados no item 7.16 e outros que julgarem necessários à análise e julgamento da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, razão que motivará a concessão do prazo de 2 (duas) horas para a complementação documental.

**7.17.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**7.17.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**7.17.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.18.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.19.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.20.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.21.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.22.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.23.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.24.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

### 8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **No caso de Pessoa Física:** Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b) **No caso de Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) **No caso de Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d) **No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e) **Para a Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) **No caso de Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- g) **No caso de Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.
- h) **Em se tratando de participante Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.1.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso.

- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
  - f.1)** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.1.2.1.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

**8.1.2.2.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.1.2.2.1.** Caso se constate a restrição, o licitante será declarado vencedor quando do aceite de sua proposta, sendo que o pregoeiro convocará a empresa via chat ou e-mail cadastrado no SICAF para tal regularização, e o prazo supracitado será iniciado a partir do dia seguinte.

### **8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, contendo a numeração das páginas, nº do Livro Diário em que se encontram

escriturados e assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade.

**a.1)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**a.2)** Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, participantes deste certame, não estão dispensados da apresentação do Balanço Patrimonial e demais documentos referentes à análise da qualificação econômico-financeira.

**b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** em que se encontram as Demonstrações Contábeis.

**c) Prova de Registro do Livro Diário na Junta Comercial** (com carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial) ou Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do subitem 8.1.3.5.

**d) Certidão Negativa de Insolvência Civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.

**e) Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

**f) Declaração do licitante, acompanhada da Relação de Compromissos Assumidos**, adotando-se preferencialmente o modelo “Declaração de Compromissos assumidos - Contratação de Serviço com MO exclusiva” da UFSC, disponível em <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>.

**8.1.3.1.** O licitante comprovará a sua qualificação econômico-financeira por meio da apresentação de:

**a)** Comprovação da boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos maiores do que 1,00 (um inteiro), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b)** Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente.
- c)** Comprovação de possuir Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- d)** Comprovação, por meio de apresentação da declaração citada na alínea “f” do subitem 8.1.3, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante.
  - d.1)** Para fins de cálculo do valor total dos contratos firmados, considera-se o valor remanescente dos contratos, excluindo o já executado, conforme Anexo VII-E da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.
- e)** Justificativa, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
  - e.1)** Para fins de cálculo do percentual, considera-se o valor total dos contratos firmados, sem exclusões, conforme Anexo VII-E da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.
  - e.2)** Caso o licitante já tenha encaminhado a DRE juntamente ao seu Balanço Patrimonial, dispensa-se o novo envio do demonstrativo para atendimento deste item.
- 8.1.3.1.1.** As informações para a devida análise, constante no subitem anterior, serão extraídas das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício).
- 8.1.3.1.2.** A análise das alíneas a, b e c do subitem 8.1.3.1, será realizada levando-se em consideração o último exercício social.
- 8.1.3.2.** As Demonstrações Contábeis referidas acima serão aceitas com base no prazo limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.
- 8.1.3.3.** As Demonstrações Contábeis na forma da Lei, respeitando a norma legal que rege estes documentos, que forem registradas em cartório competente e habilitado para esta finalidade, agregando unicamente o conjunto de demonstrações e contemplando assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade, fica dispensado da apresentação do registro na Junta Comercial, bem como, dos termos de abertura e encerramento, desde que as peças façam alusão ao número de páginas e ao livro que deu origem as demonstrações.

**8.1.3.4.** Para as empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, será aceita a apresentação do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do documento de constituição da empresa, que comprove tal condição. Não será aceito nenhum outro documento que não este, previsto em Lei.

**8.1.3.5.** Para as empresas obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD), a autenticação de livros contábeis poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), de que trata o Decreto nº 6.022/2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital, e poderá ser comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED. A autenticação prevista no art. 78 do Decreto nº 8.683/2016 dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei.

**8.1.3.5.1.** A autenticação das demonstrações contábeis será comprovada pelo recibo de entrega da ECD, devendo estar em conformidade com o número apresentado nos documentos integrantes da escrituração, nos termos do Decreto nº 8.683/2016. Ou seja, é necessário estar disposto o número do recibo (HASH) no rodapé dos arquivos encaminhados, de modo a validar o efetivo envio do documento.

**8.1.3.5.2.** Os licitantes deverão se atentar a disponibilizar o último arquivo enviado ao SPED, seja ele no âmbito do cadastramento junto ao SICAF ou em remessa específica para a disputa deste Pregão.

**8.1.3.6.** No que tange às empresas do tipo sociedade anônima, de acordo com o art. 132 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Por Ações), as demonstrações financeiras deverão ser aprovadas em assembleia-geral ordinária, comprovada mediante ata arquivada e publicada no registro do comércio.

**8.1.3.7.** O licitante que apresentar certidão que demonstre que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar o plano de recuperação judicial, no qual inexistam o veto para a contratação com o Poder Público, bem como que comprove que o mesmo já tenha sido aprovado pelo juízo recuperacional, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

#### **8.1.4. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, INDEPENDENTE DO CADASTRO JUNTO AO SICAF:**

**a)** Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa gerenciou ou gerencia serviços de mão de obra de forma adequada, por período não inferior a 3 (três) anos, comprovando o quantitativo mínimo de:

**a.1)** Para o lote 1: 22 postos de trabalho.

**a.2)** Para o lote 2: 12 postos de trabalho.

**a.3)** Para o lote 3: 12 postos de trabalho.

**a.4)** Para o lote 4: 12 postos de trabalho.

**a.5)** Para o lote 5: 12 postos de trabalho.

**a.6)** Para o lote 6: 12 postos de trabalho.

- a.7) Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.
- a.8) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- a.9) O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao ano anterior à data da licitação e o prazo de 3 (três) anos não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua).
- a.10) Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

b) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve declarar, nos termos do Anexo IV, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

b.1) O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados conforme item 3.2 e seguintes do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

b.2) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.1.4.1.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB).

**8.1.5. Caso admitida a participação de cooperativas,** será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) **A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos** para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971.
- b) **Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI),** para cada um dos cooperados indicados.
- c) **Comprovação do capital social** proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
- d) **O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.**



- e) **Comprovação de integração das respectivas quotas-partes** por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da **regularidade jurídica da cooperativa**:
  - f.1) Ata de fundação.
  - f.2) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.
  - f.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
  - f.4) Editais de convocação das 3 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.
  - f.5) 3 (três) registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.
  - f.6) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**8.1.6.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.5.1.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.5.2.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.5.3.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.12.** A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação.**

**8.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

**8.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.14.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas, prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação**, para:

**8.14.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**8.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.14.3.** suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**8.14.4.** suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**8.15.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**8.16.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

**8.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

**8.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**8.20.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. TERMO DE CONTRATO

**9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**9.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**9.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**9.4.** O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**9.4.1.** a referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**9.4.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**9.4.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma lei.

**9.5.** Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**9.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**9.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**9.7.1.** A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

**9.8.** Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304/2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

**9.9.** Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

**9.9.1.** Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

**9.10.** Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

**9.11.** A reserva de vaga a pessoas presas ou egressas do sistema prisional não será aplicada nesta licitação, por ser incompatível com o seu objeto.

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**10.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**10.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**10.4.** Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**10.8.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**10.8.1.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**11.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133/2021; e

**11.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**11.2.** Considerando a ausência da funcionalidade de cadastro de reserva no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), os licitantes que desejarem integrar o referido cadastro, conforme os critérios estabelecidos no item anterior, deverão manifestar-se pelo e-mail [licitacoes.dpl@contato.ufsc.br](mailto:licitacoes.dpl@contato.ufsc.br), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da homologação do certame.

**11.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.3.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.4.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

**11.4.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

**11.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

**11.5.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**11.5.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**12.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarf.sistemas.ufsc.br/licitacoes/transparencia/detalhes/23080018429202572>.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1.** Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, infringe o disposto na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

**13.2.** A Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.2.1.** advertência, nos casos de menor gravidade;

**13.2.2.** multa;

**13.2.2.1.** Multa de natureza compensatória discriminadas especificamente nos itens 13.4 a 13.6.

**13.2.2.2.** Multa de natureza moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**13.2.2.3.** Multa de natureza moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) quando se tratar de atrasos no cumprimento de alguma obrigação, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**13.2.2.3.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e

**13.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**13.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**13.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 3% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e receberá a sanção de advertência, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.

**13.5.** Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.5.1 à 13.5.11, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado do item/grupo/ lote licitado ou do contrato e poderá ficar impedido de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ao responsável:

**13.5.1.** Recusar-se ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**13.5.2.** Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Pregoeiro durante o certame.

**13.5.3.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) desistir do lance durante a etapa competitiva;
- d) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



- e) deixar de apresentar amostra, quando solicitado no Edital;
- f) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

**13.5.4.** Perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação como, por exemplo, ofender o Pregoeiro, Presidente ou Membro da Comissão ou Equipe de Apoio, ou levantar falsa acusação quanto à prática dos servidores envolvidos na realização do certame.

**13.5.5.** Solicitar sua inabilitação depois de concluída a fase de habilitação.

**13.5.6.** Interpor recurso meramente protelatório, com base em fundamentação que já tenha sido motivo de impugnação ao Edital e seus anexos e resultado em improcedência, ou interpor intenção de recurso e posteriormente deixar de apresentá-lo, causando morosidade à disputa da licitação.

**13.5.7.** Interpor pedido de reconsideração meramente protelatório, com base em fundamentação já apresentada e devidamente analisada na fase recursal, cujo resultado tenha sido de improcedência, causando morosidade à disputa da licitação.

**13.5.8.** Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no Pregão.

**13.5.9.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

**13.5.10.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**13.5.11.** Der causa à inexecução total do contrato.

**13.6.** Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.6.1. a 13.6.5, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado do item/grupo/lote licitado ou do contrato e o responsável poderá receber a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelos prazos máximos especificados abaixo, se:

**13.6.1.** Não celebrar a ata de registro de preços, o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 6 (seis) anos.

**13.6.1.1.** A recusa injustificada a que se refere o subitem 13.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**13.6.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou para o contrato; ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato; ou adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.

**13.6.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraudes de qualquer natureza: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

**13.6.3.1.** Comporta-se de modo inidôneo aquele que, entre outras práticas:

- a) induz deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresenta amostra falsificada ou deteriorada;

c) participa, na licitação, de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;

d) age em conluio ou em desconformidade com a lei.

**13.6.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**13.6.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**13.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.7.1.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.2.** As multas aplicadas deverão ser recolhidas à UFSC, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), observando-se sua data de vencimento, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei nº 6.830/1980, com os encargos correspondentes, ou descontá-las dos valores remanescentes de pagamentos à empresa.

**13.7.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.7.4.** Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

**13.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.9.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.13.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à UFSC.

**13.14.** A aplicação de uma das penalidades previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

**13.15.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

**13.16.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou no Banco de Sanções do Governo Federal e, no caso de impedimento de licitar e de contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas do Edital, no Contrato e em demais cominações legais.

**13.17.** As sanções de impedimento de licitar e de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar somente serão passíveis de reabilitação após o cumprimento dos requisitos disposto no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**13.18.** A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**13.19.** Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a Ata de Registro de Preços, cobrando do licitante apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

**13.20.** O encaminhamento de Ofício de Notificação quanto à abertura de processo administrativo contra o licitante ou empresa fornecedora/contratada e todas as demais comunicações referentes a esse assunto será efetuado eletronicamente pelo departamento, unidade ou comissão responsável da UFSC, exclusivamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, para fins de garantir o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

**13.20.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**13.20.2.** Todo o recebimento eletrônico será protocolado por meio de uma resposta eletrônica, resguardando o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada quanto à efetiva entrega de sua defesa ou manifestação.

**13.20.3.** Quando, por razões técnicas, for inviável o uso de meio eletrônico para o encaminhamento de Ofício de Notificação, esse ato poderá ser viabilizado segundo as regras ordinárias.

**13.21.** As defesas/manifestações, quando em resposta ao Ofício de Notificação de que trata o item 13.20, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, segundo as orientações contidas no ofício de notificação ou no sítio da PROAD supracitado, de modo a economizar custos, evitar a necessidade de deslocamentos e, ainda, otimizar o prazo para que o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada elabore as peças que julgar convenientes à sua defesa/manifestação.

**13.21.1.** Quando a defesa/manifestação do licitante e/ou empresa fornecedora/contratada for enviada para atender o prazo processual, este passará a contar a partir da data do registro de recebimento da notificação ou do seu registro de protocolo, o que ocorrer primeiro, sendo considerada tempestiva a defesa/manifestação recebida até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

**13.21.2.** Toda a operacionalidade por meio eletrônico mantém inalterados os prazos legais para as defesas/manifestações, bem como mantém conservado todo o direito ao contraditório e à ampla defesa em toda e qualquer fase do rito processual.

**13.22.** Demais dúvidas acerca do disposto nos subitens precedentes quanto às notificações, defesas ou manifestações, poderão ser sanadas por meio eletrônico, seguindo as orientações contidas no sítio da PROAD, [www.proad.ufsc.br](http://www.proad.ufsc.br).

## **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** É indispensável que, previamente à impugnação e/ou envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus anexos, e acesse o sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), de modo a verificar se eventuais dúvidas já não foram suscitadas e/ou esclarecidas por meio de encaminhamentos anteriormente recebidos, com a finalidade de otimizar a análise do Edital e evitar a duplicidade de requerimento.

**14.2.1.** Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que:

**14.2.1.1.** intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos/serviços que o licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja vista que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido neste instrumento convocatório; e/ou

**14.2.1.2.** tenham o intuito de obter informações concernentes ao atual concessionário ou prestador de serviço do objeto referente ao presente certame, haja vista que tais esclarecimentos não estão relacionados a elementos do ato convocatório ou, ainda, a diretrizes que subsidiem informações necessárias para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados em nossos certames.

**14.2.2.** O licitante que desejar obter informações de que trata o subitem anterior deverá requerê-las por meio dos canais de acesso à informação da UFSC ou diretamente aos departamentos ou unidades responsáveis pelas fases de execução do objeto.

**14.3.** As respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos neste canal de comunicação.

**14.4.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço [licitacoes.dpl@contato.ufsc.br](mailto:licitacoes.dpl@contato.ufsc.br).

**14.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**15.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**15.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**15.3.** A contratada se compromete, em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela UFSC, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas.
- b) Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s).
- c) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar.
- d) Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais.
- e) Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso.
- f) Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas.
- g) Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela contratante ou por ela designadas.

- h) Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância.
- i) Comunicar à contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- j) Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art.46 da LGPD.
- k) Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**15.4.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

**15.5.** Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

**15.6.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**15.7.** A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**15.8.** A contratada deverá prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**15.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**15.9.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**15.10.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.ufsc.br/>.
- 16.11.** Integram este Edital\*, para todos os fins e efeitos:

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice I – Instrumento de Medição de Resultados

Apêndice II - Formulário de Avaliação IMR

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (formato editável disponível em: <https://licitacoes.ufsc.br/modelos-de-documentos-para-licitacoes-e-dispensas/>)

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Visita Técnica

ANEXO V – Declaração de Compromissos assumidos

ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços referência

Florianópolis, 08 de Junho de 2026.



Documento assinado digitalmente

**Meryellem Yokoyama Neves**

Data: 08/06/2026 10:36:02-0300

CPF: \*\*\*.332.499-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Meryellem Yokoyama Neves**

**Diretora em Exercício do Departamento de Licitações**

\*O Departamento de Licitações (DPL/PROAD) é responsável apenas pela elaboração do Edital. Demais peças e anexos presentes neste documento são elaborados por outros departamentos/unidades da UFSC.



MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC

TERMO DE REFERÊNCIA 63/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2025	153163-MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC	TATIANE BEVILACQUA	29/04/2026 14:47 (v 0.16)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23080018429202572

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação tem como objeto o registro de preços para a possível contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos serviços de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa; serviços de guias-intérpretes e serviços de profissional de apoio escolar, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mediante concordância irrevogável as regras e exigências estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, assim como, as demais legislações e normas regulamentares.

LOTE 1 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS FLORIANÓPOLIS							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	456	11.234,90	5.123.114,40
2	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	72	12.062,93	868.530,96
Total							5.991.645,36

LOTE 2 - SERVIÇO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADORES) - CAMPUS FLORIANÓPOLIS							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)

3	Serviço de profissional de apoio escolar (cuidador) para atividades de vida diária a estudantes com deficiência e mobilidade reduzida (CBO 5162-10) - 30h semanais	5162-10	5380	serviço	144	4.572,24	658.402,56

LOTE 3 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS ARARANGUÁ							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
5	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.123,85	1.067.889,60
6	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.111,91	581.371,68
Total							1.649.261,28

LOTE 4 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS BLUMENAU							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
7	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.250,84	1.080.080,64
8	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.111,91	581.371,68
<b>Total</b>							1.661.452,32

LOTE 5 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS CURITIBANOS							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
9	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.513,25	1.105.272,00
10	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.394,40	594.931,20
<b>Total</b>							1.700.203,20

LOTE 6 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS JOINVILLE							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
11	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.198,87	1.075.091,52
12	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.043,29	578.077,92
<b>Total</b>							1.653.169,44

<b>Total Geral (todos os lotes)</b>	13.315.642,16
-------------------------------------	---------------

- 1.1.1.** A coluna quantidade compreende a expectativa de serviços a serem empregados na execução do objeto anualmente, ou seja, em 12 (doze) meses, considerando que esses valores representam apenas uma expectativa de contratação, uma vez que se trata de um certame do tipo registro de preço.
- 1.1.1.1. A exceção é a coluna quantidade do item 4, que corresponde à estimativa da quantidade de diárias que serão necessárias no período de um ano (a qual também se refere apenas a uma expectativa de contratação).
- 1.1.2. A coluna de valor anual estimado corresponde a uma expectativa de pacto contratual anual, tendo como base o número de postos mensais de trabalho (quantidade de serviços dividido por 12), multiplicado pelo valor unitário mensal e pelo número de 12 (doze) meses.
- 1.1.2.1. A exceção é a coluna de valor anual estimado do item 4, que corresponde à estimativa de pacto contratual anual, tendo como base o número de diárias estimadas para o período de um ano.
- 1.1.3.** Para a elaboração da sua proposta e a consequente disputa na fase de lances, o licitante deverá considerar o valor unitário.
- 1.1.3.1. O valor do item 4 é fixo e não será objeto de lances, sob pena de desclassificação ou recusa da proposta. Este valor será empenhado à medida que se fizer necessário, podendo não ser utilizado parcial ou completamente
- 1.2.** O valor estimado total da contratação, que é máximo aceitável, é de **R\$ 13.315.642,16** (Treze milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

- 1.3.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 1.3.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.3.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 1.4.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 1.5.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não englobando serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.
- 1.6.** A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência **não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública**, portanto restando vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme art. 4º da IN nº 05/2017 SEGES/MPDG.
- 1.7.** O objeto desta licitação é caracterizado como **serviço contínuo**, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, ou de outro modo posto, à disposição em caráter permanente objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e permanente.

- 1.7.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8.** A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período.

**1.9. Agrupamento de Itens:**

- 1.9.1.** ( ) – Não, os itens serão licitados individualmente, sem agrupamento;
- ( X ) – Sim, os itens serão licitados em lote, conforme detalhamento que segue:

<b>Justificativa para o agrupamento em Lotes:</b>	<p>Os itens SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA foram agrupados em lotes para que sejam fornecidos por uma única empresa de modo a garantir a uniformidade e o gerenciamento dos serviços.</p> <p>Por tratar-se de serviço com fornecimento de mão de obra exclusiva, os lotes foram divididos conforme o local (campi) de prestação do serviço uma vez que o município de prestação do serviço pode acarretar em diferenças no valor mensal dos postos de trabalho.</p> <p>Dividiram-se os lotes também por categoria de serviço (lotes de intérpretes e guias intérpretes e lote de profissionais de apoio escolar) para não excluir a participação de empresas especializadas em serviços de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa (as quais não atuam no segmento de cuidadores), aumentando assim a competitividade do certame.</p> <p>Os itens relativos a serviço de profissional de apoio escolar (cuidador) e previsão anual de despesas com diárias foram agrupados no mesmo lote, em virtude de que o pagamento de diárias ocorrerá aos funcionários dos postos do item relativo ao serviço, devendo, portanto, ser contratado pela mesma empresa que disponibilizará os postos</p>
---	--

**1.9.1.1. Quadro de definição dos lotes/grupos/itens individualizados:**

Itens	Total do lote estimado
<b>Lote 1:</b> itens 1, 2	R\$ 5.991.645,36
<b>Lote 2:</b> itens 3, 4,	R\$ 659.910,56
<b>Lote 3:</b> itens 5, 6	R\$ 1.649.261,28
<b>Lote 4:</b> itens 7, 8	R\$ 1.661.452,32
<b>Lote 5:</b> itens 9, 10	R\$ 1.700.203,20

**1.10. Participações - Detalhamento a partir do Estudo Técnico Preliminar e do planejamento da contratação:****1.10.1.** Será permitida a participação de empresas reunidas em **Consórcio**:

( ) – SIM;

( x ) – NÃO

**Justificativa para vedação da participação de empresas reunidas em consórcios**

Com relação à participação de consórcios, entende-se que os serviços a serem contratados não exigem empresas de diferentes segmentos/capacidades reunidas para atuarem na execução dos serviços. Os sistemas produzidos como consequência dos serviços a serem contratados são resultado de equipes, técnicas e procedimentos complementares e integrados, não havendo benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto dessa contratação.

**1.10.1.1.** Nos casos que haja participação de pessoa jurídica em consórcio deverão ser observadas as regras estabelecidas no artigo 15 da Lei 14.133/2021.

**1.10.2.** Será permitida a participação de **Cooperativas**:

( ) – SIM;

( x ) – NÃO

**Justificativa para vedação da participação de cooperativas:**

A execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demanda vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada, obstando a possibilidade da participação da Cooperativa.

**1.10.2.1.** Nos casos que haja participação de pessoa jurídica em cooperativa deverá ser observada as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei 14.133/2021.

**1.11. Da divulgação da IRP:**

**1.11.1** Haverá divulgação da intenção de registro de preços (IRP) para o presente processo licitatório, nos termos do que faculta o § 1º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

**2. Fundamentação e Descrição Necessidade**

**2.1.** Esta contratação fundamenta-se na necessidade de atender as demandas de acessibilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), voltadas a estudantes da educação básica, graduação, pós-graduação, técnicos administrativos e docentes. São necessários os seguintes serviços: tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa e guia-interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa (abrangendo os cinco campi da UFSC) e profissionais de apoio escolar (cuidadores) a estudantes com deficiência do Núcleo de Desenvolvimento Infantil e do Colégio de Aplicação (somente Campus Florianópolis).

**2.1.1** Atualmente, a instituição conta com quantitativo reduzido de servidores efetivos, sendo apenas 4 tradutores e intérpretes de LIBRAS de nível médio e 7 de nível superior, número insuficiente para atender às necessidades existentes. A situação é agravada pela impossibilidade de reposição do quadro funcional por meio de concurso público, em razão da extinção do cargo de tradutor-intérprete de nível superior pelo Decreto nº 9.262/2018, bem como da vedação de abertura de concurso para tradutor e intérprete de LIBRAS, nível médio, conforme o Decreto nº 10.185/2019. Além disso, não existe cargo público equiparado às atribuições de cuidador, sendo a função correlata extinta/vedada de provimento no quadro da UFSC.

**2.1.2** Essa limitação compromete a capacidade institucional de assegurar o atendimento adequado às pessoas com deficiência, em especial no que se refere:

- ao acolhimento e à permanência de estudantes surdos e com deficiência;
- ao cumprimento dos direitos educacionais, evitando evasão e garantindo a aprendizagem;
- ao apoio em atividades de alimentação, higiene e locomoção, conforme dispõe a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

**2.1.3** Diante desse cenário, a contratação é medida necessária para garantir a continuidade e a ampliação das ações de acessibilidade e inclusão, em consonância com a legislação vigente, com o Decreto nº 5.626/2005 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC, assegurando igualdade de condições e oportunidades a toda a comunidade acadêmica.

**2.1.4.** Os quantitativos estimados nesta contratação baseiam-se no levantamento de demandas realizado junto aos Centros de Ensino, Pró-Reitorias e Secretarias da UFSC. Dessa forma, os quantitativos definidos refletem a consolidação das necessidades institucionais identificadas, contemplando tanto estudantes quanto servidores, em conformidade com as exigências legais e as demandas operacionais da Universidade.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

**2.2.1.** Número do DFD cadastrado no PGC: 1641/2025

**2.2.2.** ID PCA no PNCP: 83899526000182-0-000001/2026

**2.2.3.** Data de publicação no PNCP: 15/04/2025

**2.2.4.** Id do item no PCA: 7357 e 7358

**2.2.5.** Classe/Grupo: 839 OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS

**2.2.6.** Identificador da Futura Contratação: 153163-184/2026

### **3. Descrição da Solução como um todo**

**3.1.** Após levantamento de mercado, optou-se pela contratação de postos de trabalho para atender as demandas de interprete de libras, guia interprete e profissionais de apoio escolar, via registro de preços.

**3.1.1** Para o Serviço de profissional de apoio escolar (cuidador): Considerando que a demanda é o apoio nas atividades de vida diária aos estudantes do NDI e do Colégio de Aplicação com deficiência, que gera a construção de vínculo entre o cuidador e o aluno devido a convivência, além de que o número de horas semanais de serviço necessárias para esses tipos de estudantes é fixa (segunda a sexta, em todo o período matutino ou vespertino), optou-se pela contratação por posto de trabalho.

**3.1.2** Para os serviços de tradução e interpretação e guia interpretação em Libras/Língua Português:

**3.1.2.1** Dentre as demandas para o trabalho do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, está a interpretação em sala de aula das disciplinas de professores ouvintes para estudantes surdos ou de professores surdos para estudantes ouvintes. Neste caso, dentre as possibilidades de contratação, a mais viável é de posto de trabalho, com dedicação de mão de obra exclusiva, pois a atuação exige continuidade no atendimento (com a elaboração de sinais, necessidade de preparação e sequência do conteúdo), podendo haver prejuízo aos estudantes quando há a substituição frequente do profissional que realiza o atendimento.

**3.1.2.2** Esta solução possibilita continuidade no atendimento e um domínio da sinalização em Libras no contexto acadêmico, que é necessário para as mediações de comunicação realizadas.

**3.1.2.3** Da mesma forma que os intérpretes, a atuação dos guias intérpretes também exige continuidade no atendimento (com a elaboração de sinais, necessidade de preparação e sequência do conteúdo), além do vínculo com o estudante, podendo haver prejuízo aos estudantes quando há a substituição frequente do profissional que realiza o atendimento.

**3.1.3** A opção pelo registro de preços justifica-se pela possibilidade de contratação gradual dos serviços conforme a demanda efetiva se manifesta, o que se mostra particularmente útil no ambiente acadêmico, onde a demanda por acessibilidade varia a cada semestre, com a entrada e saída de novos alunos. Assim, o contrato deverá ter vigência de 12 meses, com a possibilidade de prorrogação por até 10 anos. Já a ata de registro de preços deverá ter vigência de 12 meses com a possibilidade de prorrogação por igual período, conforme faculta a Lei 14.133/21.

#### **3.2. Vistoria Técnica:**

**3.2.1.** Caso o licitante tenha o interesse em obter maiores detalhes a respeito das peculiaridades do local onde será executado o serviço, destaca-se que, conforme segue, será concebida a realização de visita técnica facultativa.

**3.2.2.** A visita técnica ao local onde será executado o objeto da contratação é de natureza facultada aos interessados na disputa do certame licitatório; todavia, para aqueles que desejarem fazê-la, caberá atender às seguintes regras:

**3.2.2.1.** Mediante agendamento prévio **exclusivamente pelo e-mail:** proafe@contato.ufsc.br

**3.2.2.2.** Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do setor responsável.

**3.2.3.** A vistoria técnica será acompanhada por um dos servidores definidos abaixo:

**Campus Florianópolis:**

ANDREIA MICHELE DANNENHAUER, Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), e-mail [proafe@contato.ufsc.br](mailto:proafe@contato.ufsc.br) , telefone 48 37215949

TATIANE BEVILACQUA, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional/PROAFE, [tatiane.bevilacqua@ufsc.br](mailto:tatiane.bevilacqua@ufsc.br)

**Campus Florianópolis - Colégio de Aplicação**

Eliete Santin Staub, Serviço Pedagógico de Educação Especial, [eliete.staub@ufsc.br](mailto:eliete.staub@ufsc.br), 48 3721 8713/ 48 3721 4485

Ana Paula dos Santos Ferraz, Educação Especial, [ana.paula.ferraz@ufsc.br](mailto:ana.paula.ferraz@ufsc.br), 48 3721 2415

**Campus Araranguá**

Claudia Milanezi Vieira, Coordenação Acadêmica do CTS, [claudia.milanezi@ufsc.br](mailto:claudia.milanezi@ufsc.br), ramal 4680

Maísa Santos de Jesus, Coordenadoria de Assuntos Pedagógicos do CTS, [maisa.sj@ufsc.br](mailto:maisa.sj@ufsc.br), ramal 6945.

**Campus Blumenau**

Aline Vanessa Poltronieri Gessner, Departamento de Ciências Exatas e Educação, [tils.bnu@contato.ufsc.br](mailto:tils.bnu@contato.ufsc.br), 47 99193-0555

Nathalia Cirne Diniz Cruz, Setor de Gestão de Pessoas, [gp.bnu@contato.ufsc.br](mailto:gp.bnu@contato.ufsc.br), telefone (whatsapp business): 48 3363-9152

**Campus Curitiba**

ANDREIA MICHELE DANNENHAUER, Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), e-mail [proafe@contato.ufsc.br](mailto:proafe@contato.ufsc.br) , telefone 48 37215949

TATIANE BEVILACQUA, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional/PROAFE, [tatiane.bevilacqua@ufsc.br](mailto:tatiane.bevilacqua@ufsc.br)

**Campus Joinville**

ANDREIA MICHELE DANNENHAUER, Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), e-mail [proafe@contato.ufsc.br](mailto:proafe@contato.ufsc.br) , telefone 48 37215949

TATIANE BEVILACQUA, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional/PROAFE, [tatiane.bevilacqua@ufsc.br](mailto:tatiane.bevilacqua@ufsc.br)

**3.2.4.** Local onde ocorrerá a prestação dos serviços:

**Campus Florianópolis**, localizado nos endereços:

- Unidade Trindade: Campus Universitário– Bairro Trindade, CEP 88.040-900.
- Unidade Itacorubi (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, CEP 88034-000 – Florianópolis – SC
- Unidade SEAD/TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757 – Centro – 88.015-310 - Florianópolis/SC Espaço Físico Integrado II – UFSC.
- Unidade Fazenda Experimental da Ressacada (CCA): Rua José Olímpio da Silva 1069 – Bairro Tapera - Florianópolis – SC  
Brasil. CEP: 88049-500

**Campus Araranguá**, localizado nos endereços:

- Unidade Mato Alto: Rua Pedro João Pereira, no 150 – Bairro Mato Alto, CEP 88.905-120;
- Unidade Jardim das Avenidas: Rod. Gov. Jorge Lacerda, no 3201 – Bairro Jardim das Avenidas, CEP 88906-072.

**Campus Blumenau**, localizado nos endereços:

- Sede Salto do Norte: Rua Marechal Rondon, 880, bairro Salto do Norte - Blumenau/SC. CEP: 89065-200
- Sede Bairro Velha: Rua João Pessoa, 2750. Bairro Velha - Blumenau/SC. CEP: 89036-256

**Campus Curitiba**, localizado nos endereços:

- Centro de Educação Profissional Professor Enori Pozzo (CEDUP): Rua Adv. Sebastião Calomeno, s/n – Bairro São Francisco, CEP 89.520-000;
- Unidade Sede: Rod. Ulysses Gaboardi, km 3 – CEP 89520-000;
- Área Experimental Agropecuária: Rod. Ulysses Gaboardi, km 6,5 – CEP 89520-000.

**Campus Joinville**, localizado no endereço:

Unidade Joinville: Rua Dona Francisca, 8300 – Bloco U, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-600.

**3.2.5.** As visitas técnicas serão realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h, e serão acompanhadas por um servidor da UFSC, que assinará a declaração de visita técnica, conforme modelo anexo ao Ato Convocatório.

**3.2.6.** O prazo para a realização da visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame (abertura da sessão pública).

**3.2.7.** Ainda que opte por não realizar a visita, deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, não podendo utilizar da opção pela não visita para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante, conforme modelo anexo ao Ato Convocatório.

## **4. Modelo de Execução do Objeto**

**4.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**4.1.1.** A Contratada deverá disponibilizar, nos quantitativos previstos no presente instrumento e de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/MT), pessoal especializado para executar o objeto desta contratação.

**4.1.2.** Requisitos mínimos exigidos aos postos:

**4.1.2.1.** Posto de Tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, 30 horas/semanais:

*4.1.2.1.1 Ter idade mínima de 18 anos.*

*4.1.2.1.2 Ensino Superior Completo ou em andamento (a partir do quarto semestre); que poderá ser: Bacharelado em Letras Libras ou; Graduação em Letras (com certificação de proficiência em Libras) ou; Graduação em qualquer área (com certificação de proficiência em Libras) ou tecnólogo em qualquer área, desde que comprove proficiência;*

*4.1.2.1.2.1 A formação em nível superior poderá ser comprovada por meio do certificado de conclusão de curso ou diploma devidamente registrado.*

*4.1.2.1.2.2 A formação em nível superior em andamento poderá ser comprovada mediante atestado de matrícula regular ou declaração da coordenação de curso de graduação da instituição superior de ensino no qual o trabalhador estiver matriculado.*

*4.1.2.1.3 Comprovar a proficiência em Libras mediante a apresentação de um dos documentos previstos abaixo:*

*a. certificado de exames emitidos pelo MEC;*

*b. certificado ou declaração emitido por instituições de educação credenciadas ao MEC;*

*c. certificado ou declaração emitido por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda.*

*d. Ainda poderá comprovar a proficiência mediante certificado de conclusão de cursos de graduação em Letras Libras ou curso de pós-graduação na área.*

**4.1.2.1.4** Comprovar experiência, competência e fluência em Libras/Língua Portuguesa por meio das duas previsões abaixo:

*a. comprovação de atuação de seis meses na área de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa, mediante registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço, declaração de prestação de serviço emitida por empresa de terceirização, declaração de prestação de serviço emitida pelo contratante, se pessoa física.*

*b. análise de currículo e prova de seleção, sob responsabilidade da Contratada, contemplando teoria e prática em tradução e interpretação.*

**4.1.2.2.** Posto de Guia-interpretação em Libras/Língua Portuguesa, 30 horas/semanais:

*4.1.2.2.1 Ter idade mínima de 18 anos.*

*4.1.2.2.2 Ensino Superior Completo ou em andamento (a partir do quarto semestre); que poderá ser: Bacharelado em Letras Libras ou; Graduação em Letras (com certificação de proficiência em Libras) ou; Graduação em qualquer área (com certificação de proficiência em Libras) ou tecnólogo em qualquer área, desde que comprove proficiência.*

*4.1.2.2.2.1 A formação em nível superior poderá ser comprovada por meio do certificado de conclusão de curso ou diploma devidamente registrado.*



4.1.2.2.2 A formação em nível superior em andamento poderá ser comprovada mediante atestado de matrícula regular ou declaração da coordenação de curso de graduação da instituição superior de ensino no qual o trabalhador estiver matriculado.

4.1.2.2.3 Comprovar a proficiência em Libras mediante a apresentação de pelo menos um dos documentos previstos abaixo:

a. certificado de exames emitidos pelo MEC;

b. certificado ou declaração emitido por instituições de educação credenciadas ao MEC;

c. certificado ou declaração emitido por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda.

d. Ainda poderá comprovar a proficiência mediante certificado de conclusão de cursos de graduação em Letras Libras ou curso de pós-graduação na área.

4.1.2.2.4 Comprovar experiência, competência e fluência em Libras/Língua Portuguesa por meio das duas previsões abaixo:

a. comprovação de atuação de seis meses na área de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa, mediante registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço, declaração de prestação de serviço emitida por empresa de terceirização, declaração de prestação de serviço emitida pelo contratante, se pessoa física.

b. análise de currículo e prova de seleção, sob responsabilidade da Contratada, contemplando teoria e prática em tradução e interpretação.

#### **4.1.2.3. Postos de profissional de apoio escolar (cuidadores)**

4.1.2.3.1 Formação como cuidador de, no mínimo, 150h ou formação como auxiliar em enfermagem ou técnico em enfermagem e comprovação de experiência profissional no acompanhamento de atividades de vida diária por, no mínimo, 01 ano. Como formas de comprovação de experiência profissional, pode-se apresentar o registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço, declaração de prestação de serviço emitida por empresa de terceirização, declaração de prestação de serviço emitida pelo contratante, se pessoa física.

4.1.2.3.2 O profissional deve ter força física para propiciar o apoio necessário

4.1.2.3.3 A contratada deverá disponibilizar profissional de acordo com as especificidades pessoais de cada pessoa, respondendo a determinados perfis, como compleição física e gênero, por exemplo.

4.1.2.3.4 Por se tratar de algumas atuações que envolvem a intimidade das pessoas com deficiência – que preferencialmente seja disponibilizado profissional do gênero feminino, para atuação com pessoas do gênero feminino, e do gênero masculino, para acompanhamento de pessoas do gênero masculino.

4.1.2.3.5 Todos os profissionais alocados na execução dos serviços objeto desta licitação deverão possuir certidão negativa de antecedentes criminais.

4.1.2.4. A contratada deverá apresentar a comprovação dos requisitos mínimos dos postos em até 05 dias antes do início da prestação dos serviços.

4.1.4. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

#### **4.2. A execução dos serviços seguirá os seguintes métodos, rotinas e procedimentos**

4.2.1. São atividades a serem executadas pelos postos de tradutor e intérprete em Libras/Língua Portuguesa:

a) Tradução e Interpretação, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, das atividades didáticas pedagógicas e culturais, regimentos e demais documentos de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

b) Atendimento de aulas nos cursos de graduação, pós-graduação, bem como encontros de projetos de pesquisa, reforços, orientações e bancas;

c) Atendimento aos alunos e professores surdos nos cursos e demais instâncias da universidade, tais como: reuniões, eventos, palestras, assembleias, entrevistas, atendimentos telefônicos e consultas em todas as instâncias desta universidade;

d) Atendimento das solenidades oficiais quais sejam: formaturas, eventos, debates, aulas magnas, e demais eventos desta ordem;

e) Atendimento em todos os níveis de ensino atendidos por esta Universidade, ou seja, atendimento na educação infantil (NDI), Colégio de Aplicação, Cursos de graduação e cursos de pós-graduação, conforme demanda;

f) Traduzir de Libras para português e vice-versa, textos de qualquer natureza, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público alvo específico. Interpretar de forma simultânea ou consecutiva discursos, debates, textos e formas de

comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes; observando as características e aspectos da cultura surda representados por sua língua;

g) Exercer sua profissão com rigor técnico, zelando: pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo, em especial; pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda; pela preservação do patrimônio da Contratante; pelo sigilo dos assuntos pertinentes aos serviços;

h) Portar-se com disciplina, atenção, ética profissional, paciência, educação, equilíbrio emocional e discrição. Ser pontual, manter-se no posto de serviço pelo tempo determinado, contribuir com o trabalho em equipe e comunicar ao preposto toda e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

#### **4.2.2 São atividades a serem executadas pelos postos de guia intérprete em Libras/Língua Portuguesa:**

a) Realização da guia-interpretação, para o sujeito surdo-cego, de um idioma para outro (Português para Libras - interlingual) ou entre mesmas línguas (Libras para Libras intralingual), de exposições, discursos, debates, textos diversos e formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes;

b) Descrição imagética, ou mesmo visual, de situações e ambientes do contexto de comunicação em que se está inserido;

c) recomendar e orientar os docentes e técnicos administrativos quanto às especificidades da pessoa surdocega e dos recursos necessários à sua promoção de acessibilidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

d) Auxílio à pessoa surda-cega no seu deslocamento espacial e nas suas atividades, promovendo o acesso à informação e inclusão nos contextos de interação com outros sujeitos;

#### **4.2.3 São atividades a serem executadas pelos postos de profissionais de apoio escolar (cuidadores):**

a) Prestar auxílio individualizado nas atividades de alimentação, higiene e locomoção de estudantes que não as realizam com independência;

b) Colaborar para que o estudante participe das atividades escolares nas quais necessitar de apoio, em todos os níveis e modalidades de ensino;

c) Na educação básica, acompanhar o estudante público alvo da educação especial nos momentos de entrada, saída, recreio e deslocamentos internos;

d) Prestar auxílio no deslocamento e na locomoção de pessoas cegas e seu cão-guia (quando for o caso), cadeirantes ou com mobilidade reduzida em atividades escolares fora da instituição (saídas de campo, visitas à instituições, viagens de estudo, passeios, olimpíadas);

e) Executar, com segurança (e, quando necessário, sob orientação) as manobras posturais de transferência e de locomoção dos estudantes com mobilidade reduzida

f) Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa, dentro ou fora da sala de aula;

g) Prestar auxílio na higiene pessoal (transferência da cadeira de rodas para o vaso sanitário e vice-versa, auxílio na realização da higiene íntima e higiene bucal e das mãos, na troca de roupas e, ainda, na higiene de pessoas com colostomia, caso necessário);

h) Prestar auxílio na guarda dos pertences pessoais das pessoas e realizar a manutenção dos equipamentos e utensílios habitualmente utilizados para sua alimentação e higiene;

i) Prestar auxílio na alimentação;

j) Prestar auxílio para a retirada e guarda de materiais escolares dos estudantes na sala de aula e demais atividades realizadas por ele;

k) Observar e relatar aspectos do cotidiano escolar, que possam contribuir com a acessibilidade e inclusão no processo pedagógico dos estudantes;

l) Na educação básica, contribuir com o cuidado de estudantes que, por sobrecarga sensorial ou desregulações, necessite se ausentar parcialmente da sala de aula de comum;

m) Prestar auxílio na identificação das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

n) Auxiliar no desenvolvimento da autonomia pessoal e social do estudante;

o) Promover a interação do estudante com colegas, professores e outros profissionais, promovendo a inclusão.

p) Outras atividades inerentes ao cargo de cuidador que vierem a ser necessárias.

q) O profissional de apoio escolar, na educação básica, deve atuar de forma articulada com docentes de Educação Especial, docentes de outras disciplinas e equipe pedagógica, em consonância com o PDI dos estudantes.

r) Cabe ressaltar que NÃO são atribuições desse profissional: desenvolver atividades pedagógicas diferenciadas ou substituir o professor na mediação de conteúdos curriculares; realizar funções técnicas ou procedimentos que sejam de responsabilidade de profissionais legalmente regulamentados (ex: enfermeiros, terapeutas, professores); assumir a responsabilidade pelo ensino do estudante público-alvo da educação especial.

**4.2.4 A prestação dos serviços de profissional de apoio escolar ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 07h às 19h, de acordo com a demanda dos estudantes, respeitado o horário de trabalho do posto. Eventualmente poderá ser solicitada a prestação de serviço aos sábados, bem como em saídas de campo e viagens de estudo. Nestes casos, caberá à contratante organizar o deslocamento destes profissionais.**

**4.2.4.1 No caso de prestação de serviço nos sábados, a contratante comunicará a empresa com antecedência de 3 (três) dias para que possa providenciar a prestação do serviço.**

4.2.4.2 Em relação aos postos de trabalho de profissionais de apoio escolar que atuarão na educação básica, há a previsão de uma viagem de estudo com duração de três a cinco dias para o nono ano do ensino fundamental e uma de um dia para o 1º ano do ensino médio. Quando isto ocorrer, a empresa será avisada com antecedência de quinze dias.

4.2.5 A prestação dos serviços de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa e guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 07h às 22h, de acordo com a demanda dos estudantes, respeitado o horário de trabalho do posto. Eventualmente poderá ser solicitada a prestação de serviço aos sábados, por serem considerados dias letivos, bem como em saídas de campo e viagens de estudo. Nestes casos, caberá à contratante organizar o deslocamento destes profissionais.

4.2.6. Substituir, no prazo de até 1 (uma) hora do início do turno ou da ausência do profissional, em caso de eventuais ausências imprevisíveis, tais como faltas ou atestados/licenças médicas (primeiro dia), o empregado **profissional de apoio escolar** disponibilizado à CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao gestor/fiscal do contrato.

4.2.6.1. As ausências previsíveis, como férias e atestados/licenças médicas que concedem afastamento por um período superior a um dia (aplicam-se aqui os dias seguintes da data inicial do atestado/licença médica) deverão ser substituídas integralmente pela CONTRATADA, pois são passíveis de planejamento e de providências em tempo hábil.

4.2.6.1.1. Excetuam-se, à previsão de substituição do item 4.2.6.1, as férias concedidas por solicitação da CONTRATANTE sem a necessidade da reposição da mão de obra, quando, em razão da efetiva redução no atendimento da CONTRATANTE, tal medida puder ser realizada sem trazer prejuízo no atendimento ao público e de acordo com a legislação. Para esses casos, serão feitos apenas os descontos oriundos da não reposição, conforme detalhado no Termo de Contrato.

4.2.6.2. Mesmo cumprido o prazo de reposição de que trata o item 4.2.6, o período descoberto é passível de glosa proporcional ao período de ausência sem reposição (o prazo se aplica somente à tolerância para fins de avaliação da qualidade do serviço no IMR - Instrumento de Medição de Resultado).

4.2.6.3. As substituições deverão ser realizadas por funcionário que atenda aos mesmos requisitos mínimos exigidos ao funcionário titular e que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA.

4.2.7. Substituir, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir do envio do pedido de substituição pelo gestor do contrato, o empregado **profissional de apoio escolar** disponibilizado à CONTRATANTE, nos casos de não atendimento aos requisitos mínimos exigidos aos postos, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao gestor/fiscal do contrato, bem como encaminhar os comprovantes de que o funcionário atende a todos os requisitos definidos no Termo de Referência.

4.2.7.1. Além do não atendimento aos requisitos mínimos exigidos aos postos, deverá ser providenciada a substituição, no mesmo prazo estabelecido no item 4.2.7, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto, ou quando o funcionário apresentar comportamentos como incontinência de conduta, mau procedimento e desídia no desempenho das respectivas funções.

4.2.8 Substituir, no prazo de até 3 (três) horas do início do turno ou da ausência do profissional, em caso de eventuais ausências imprevisíveis, tais como faltas ou atestados/licenças médicas (primeiro dia), o empregado **tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa ou o guia-intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa** disponibilizado à CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao gestor/fiscal do contrato.

4.2.8.1. As ausências previsíveis, como férias e atestados/licenças médicas que concedem afastamento por um período superior a um dia (aplicam-se aqui os dias seguintes da data inicial do atestado/licença médica) deverão ser substituídas integralmente pela CONTRATADA, pois são passíveis de planejamento e de providências em tempo hábil.

4.2.8.1.1. Excetuam-se, à previsão de substituição do item 4.2.8.1, as férias concedidas por solicitação da CONTRATANTE sem a necessidade da reposição da mão de obra, quando, em razão da efetiva redução no atendimento da CONTRATANTE, tal medida puder ser realizada sem trazer prejuízo no atendimento ao público e de acordo com a legislação. Para esses casos, serão feitos apenas os descontos oriundos da não reposição, conforme detalhado no Termo de Contrato.

4.2.8.2. Mesmo cumprido o prazo de reposição de que trata o item 4.2.8, o período descoberto é passível de glosa proporcional ao período de ausência sem reposição (o prazo se aplica somente à tolerância para fins de avaliação da qualidade do serviço no IMR - Instrumento de Medição de Resultado).

4.2.8.3. As substituições deverão ser realizadas por funcionário que atenda aos mesmos requisitos mínimos exigidos ao funcionário titular e que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA.

4.2.9. Substituir, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir do envio do pedido de substituição pelo gestor do contrato, o empregado **tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa ou o guia-intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa** disponibilizado à CONTRATANTE, nos casos de não atendimento aos requisitos previstos para o cargo, tais como a comprovação da experiência, competência e fluência (rol não exaustivo), devendo identificar previamente o respectivo substituto ao gestor/fiscal do contrato, bem como encaminhar os comprovantes de que o funcionário atende a todos os requisitos definidos no Termo de Referência.

4.2.9.1. Além do não atendimento aos requisitos mínimos exigidos aos postos, deverá ser providenciada a substituição, no mesmo prazo estabelecido no item 4.2.9, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto, ou quando o funcionário apresentar comportamentos como incontinência de conduta, mau procedimento e desídia no desempenho das respectivas funções.

4.2.10. Não é admitida a utilização de trabalhadores autônomos (pessoa física inscrita como contribuinte individual, pessoa jurídica ou Microempreendedor Individual - MEI) na execução de contrato, uma vez que se trata de serviço terceirizado cujo objeto é desempenhado com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.2.11 Todos os profissionais alocados para a prestação dos serviços de tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa e guias intérpretes deverão ceder o uso de sua imagem e/ou voz em favor da Contratante, quando estes resultarem do cumprimento das atividades previstas na execução do contrato, sem ônus para a Contratante.

4.2.12 A empresa contratada deverá utilizar ponto eletrônico como instrumento de medição de frequência dos profissionais contratados.

4.2.13 A empresa contratada deverá ter um profissional preposto que deverá frequentar a UFSC uma vez por mês para alinhamento e diálogo com fiscais e gestores de contrato.

4.2.14 As atividades serão realizadas de acordo com as demandas da instituição. No caso dos profissionais de apoio escolar (cuidadores), será realizado o atendimento de um estudante por vez.

4.2.15. Como há atendimentos contínuos e demandas pontuais, será organizado uma planilha com os horários e atendimentos dos profissionais com periodicidade semanal, respeitado o horário de trabalho do trabalhador.

4.2.16. Para os postos de serviços de profissional de apoio escolar (lote 2), o trabalhador fará jus ao recebimento de diárias conforme os seguintes critérios para caracterização de diária e meia-diária:

4.2.16.1 Diária: Ultrapassado o limite de oito horas fora da região metropolitana onde se localiza a sede de prestação de serviços, e o retorno não possa se efetivar dentro das horas extras permitidas em lei, e que se exija pernoite.

4.2.16.2 Meia-diária: quando a viagem ultrapassar o limite de oito horas fora da região metropolitana onde se localiza a sede de prestação de serviços, não se exigindo pernoite e o retorno podendo ser realizado até o limite das horas extras permitidas em lei.

4.2.16.3 Para haver o ressarcimento dos valores de diárias, deverá ser observada a Lei Complementar 495/2010 do Governo do Estado de Santa Catarina, ou alterações posteriores, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado.

4.2.16.4. Os valores das diárias serão pagos aos trabalhadores pela Contratada, e ressarcidos pela Contratante, como verba indenizatória. Os valores de diária integral deverão corresponder ao percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária concedida no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, conforme coluna "Demais Deslocamentos" e linha "d) Demais cargos, empregos e funções" da tabela "Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País" do Anexo I do Decreto nº 5.992 de 19/12/2006, atualizado conforme Decreto nº 11.872, de 29/12/2023.

4.2.16.4.1. O valor da meia diária corresponde à 50% (cinquenta por cento) do valor da diária integral

4.2.16.5. O reajuste dos valores de diária durante a vigência do contrato ocorrerá se houver alteração na legislação federal respectiva.

4.2.16.6 A Contratada deverá garantir benefício de seguro de contratação obrigatória e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial, decorrentes de acidentes de trabalho, referentes às suas atividades e aos deslocamentos intramunicipais e intermunicipais aos locais necessários à execução das atividades, no valor mínimo correspondente ao valor fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho (caso o seguro não esteja previsto na CCT ou ACT, o valor mínimo do prêmio deverá ser de quinze vezes o salário fixo do empregado).

4.2.17. Assumir o posto de serviço, devidamente uniformizados, e com aparência pessoal adequada;

4.2.18. Comunicar imediatamente ao Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

4.2.19. Manter-se no posto de serviço, não devendo se afastar de seus afazeres;

4.2.20. A execução dos serviços seguirá o cronograma de trabalho que será definido pela Contratante e apresentado à contratada.

4.2.21. *Início da execução dos serviços: data de início da vigência do contrato definida no termo de contrato.*

4.2.22. Local da prestação dos serviços:

Campus Florianópolis, localizado no endereço:

- Unidade Trindade: Campus Universitário– Bairro Trindade, CEP 88.040-900.

- Unidade Itacorubi (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, CEP 88034-000 – Florianópolis – SC

- Unidade SEAD/TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757 – Centro – 88.015-310 - Florianópolis/SC Espaço Físico Integrado II – UFSC.

- Unidade Fazenda Experimental da Ressacada (CCA): Rua José Olímpio da Silva 1069 – Bairro Tapera - Florianópolis – SC  
Brasil. CEP: 88049-500

Campus Araranguá, localizado no endereço:

- Unidade Mato Alto: Rua Pedro João Pereira, no 150 – Bairro Mato Alto, CEP 88.905-120;
- Unidade Jardim das Avenidas: Rod. Gov. Jorge Lacerda, no 3201 – Bairro Jardim das Avenidas, CEP 88906-072.

Campus Blumenau, localizado no endereço:

- Sede Salto do Norte: Rua Marechal Rondon, 880, bairro Salto do Norte - Blumenau/SC. CEP: 89065-200
- Sede Bairro Velha: Rua João Pessoa, 2750. Bairro Velha - Blumenau/SC. CEP: 89036-256

Campus Curitiba, localizado no endereço:

- Centro de Educação Profissional Professor Enori Pozzo (CEDUP): Rua Adv. Sebastião Calomeno, s/n – Bairro São Francisco, CEP 89.520-000;
- Unidade Sede: Rod. Ulysses Gaboardi, km 3 – CEP 89520-000;
- Área Experimental Agropecuária: Rod. Ulysses Gaboardi, km 6,5 – CEP 89520-000.

Campus Joinville, localizado no endereço:

Unidade Joinville: Rua Dona Francisca, 8300 – Bloco U, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-600.

4.2.22.1. O local de prestação dos serviços poderá sofrer alterações conforme necessidade da administração, respeitados os municípios de cada lote, sem qualquer ônus à contratante.

4.2.23. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

4.2.24. Deverão ser fornecidos os seguintes equipamentos, conforme descrição, depreciação e quantitativos apresentados na tabela abaixo:

Campus Florianópolis				
Equipamento	Descrição	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Ponto eletrônico (Lote 01)	Relógio Ponto biométrico com leitura também por código de barras	60 meses	01	38 tradutores e intérpretes de Libras e 06 guias intérpretes
Ponto eletrônico (Lote 02 - Profissionais de Apoio escolar - Colégio de Aplicação)	Relógio Ponto biométrico com leitura também por código de barras	60 meses	01	12 profissionais de apoio escolar (cuidadores)

Campus Araranguá				
Equipamento	Descrição	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Ponto eletrônico (Lote 03)	Relógio Ponto biométrico com leitura também por código de barras	60 meses	01	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

Campus Blumenau				

Equipamento	Descrição	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Ponto eletrônico (Lote 04)	Relógio Ponto biométrico com leitura também por código de barras	60 meses	01	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

Campus Curitiba				
Equipamento	Descrição	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Ponto eletrônico (Lote 05)	Relógio Ponto biométrico com leitura também por código de barras	60 meses	01	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

Campus Joinville				
Equipamento	Descrição	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Ponto eletrônico (Lote 06)	Relógio Ponto biométrico com leitura também por código de barras	60 meses	01	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

**4.2.25.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, aos seus colaboradores, uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, devendo contemplar minimamente:

4.2.25.1 Para o **Serviço de tradução e interpretação e guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa dos Campi Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville:**

Item de uniforme	Descrição mínima	Tempo da depreciação	Quantidade anual por colaborador (equivalente a 2 conjuntos de uniformes)
Camiseta manga curta	Camiseta manga curta preta com frente e costas lisas. Tipo Gola: Careca. Tecido: 100% algodão	12 meses	4
Calça comprida	Calça. Material: Oxford. Tipo social	12 meses	2
Casaco	Casaco tipo blazer estruturado. Material: Poliéster	12 meses	2
Crachá	crachá de identificação. Aplicação: Confecção Crachás Material: Cartão Em Pvc Branco. .Comprimento: 540 MM, Largura: 865 MM.	12 meses	2

4.2.25.2 Para o Serviço de profissional de apoio escolar (cuidador) do Campus Florianópolis:

Item de uniforme	Descrição mínima	Tempo da depreciação	Quantidade anual por colaborador (equivalente a 2 conjuntos de uniformes)
Camiseta manga curta	Camiseta manga curta branca com frente e costas lisas. Tipo Gola: Careca. Tecido: 100% algodão	12 meses	8
Camiseta manga longa	camiseta manga longa branca com frente e costas lisas. . Tipo de gola: redonda. Tipo de tecido: Malha algodão	12 meses	4
Calça comprida	calça brim cor azul. Material Brim. 100% algodão. Com elastano e cordão na cintura	12 meses	4
Jaqueta	Jaqueta tipo corta vento. Material Nylon. Modelo com Zíper. Acabamento com forro.	12 meses	2
Crachá	crachá de identificação. Aplicação: Confeção Crachás Material: Cartão Em Pvc Branco. .Comprimento: 540 MM, Largura: 865 MM.	12 meses	2

- 4.2.25.3. Um conjunto completo de uniforme para o **Serviço de tradução e interpretação e guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa** é composto pelos seguintes itens: 2 camisetas manga curta, 1 calça comprida, 1 casaco, 1 crachá.
- 4.2.25.4 Um conjunto completo de uniforme para o **serviço de profissional de apoio escolar (cuidador)** é composto pelos seguintes itens: 4 camisetas manga curta, 2 camisetas de manga longa, 2 calças compridas, 1 jaqueta e 1 crachá.
- 4.2.25.5. A contratada deverá fornecer 2 (dois) conjuntos completos ao colaborador no início da execução do contrato, devendo ser substituídos os 02 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 1 (um) ano, ou a qualquer época, no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;
- 4.2.25.6. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros da descrição mínima apresentada nas tabelas do item 4.2.23.
- 4.2.25.7.No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 4.2.25.8.Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, **deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.**
- 4.2.26. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, aos seus colaboradores, os equipamentos de proteção individual e coletivo que se fizerem necessários, incluindo, no mínimo (mas não apenas):

Campus Florianópolis					
Equipamento de proteção individual e coletivo	Descrição	Unidade de medida	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Jaleco	Jaleco preto manga longa. Jaleco preto Material : Oxford; tipo: Longo. Manga: longa	Unidade	60 meses	44	38 tradutores e intérpretes de Libras e 06 guias intérpretes
Luvas	Luvas cirúrgica descartável	par	06 meses	1.440	12 profissionais de apoio escolar
Máscara	Máscara descartável. Material TNT. Tipo de fixação: contorno total, com elástico.	caixa de 50	12 meses	36	12 profissionais de apoio escolar

Guarda-chuva	Guarda-chuva. Material armação: alumínio. Tipo: automático. Material do cabo: borracha. Material cobertura: poliéster.	Unidade	12 meses	12	12 profissionais de apoio escolar
Capa de chuva	capa de chuva. Material PVC. Com capuz. Sem forro. Botões de pressão de plástico	Unidade	60 meses	12	12 profissionais de apoio escolar
Sapato de segurança	Sapato de Segurança de EVA	Unidade	12 meses	12	12 profissionais de apoio escolar

Campus Araranguá					
Equipamento de proteção individual e coletivo	Descrição	Unidade de medida	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Jaleco	Jaleco preto Material : Oxford; tipo: Longo. Manga: longa	Unidade	60 meses	12	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

Campus Blumenau					
Equipamento de proteção individual e coletivo	Descrição	Unidade de medida	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Jaleco	Jaleco preto Material : Oxford; tipo: Longo. Manga: longa	Unidade	60 meses	12	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

Campus Curitiba					
Equipamento de proteção individual e coletivo	Descrição	Unidade de medida	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento
Jaleco	Jaleco preto Material : Oxford; tipo: Longo. Manga: longa	Unidade	60 meses	12	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes

Campus Joinville					
Equipamento de proteção individual e coletivo	Descrição	Unidade de medida	Tempo da depreciação	Quantidade anual	Quantidade de postos que compartilharão o equipamento



Jaleco	Jaleco preto Material : Oxford; tipo: Longo. Manga: longa	Unidade	60 meses	12	08 tradutores e intérpretes de Libras e 04 guias intérpretes
--------	---	---------	----------	----	---

**4.3. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.3.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.4 A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Contratante, para representar a Contratada na execução do contrato.

4.4.1 O preposto deverá estar disponível para contato por email e WhatsApp durante a prestação de serviço.

4.4.2 O preposto deverá realizar visita mensal, e sempre que houver necessidade *ou for convocado pela Contratante*, nos locais de prestação de serviço.

4.4.3. A Contratada deverá apresentar o **Termo de nomeação de preposto**, ao fiscal do contrato, conforme Apêndice do Termo de Contrato, em até 24 horas antes do início da prestação dos serviços.

**4.5. Das Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

4.5.1. A licitante deverá atentar para as seguintes informações relevantes e indispensáveis para o correto dimensionamento da proposta:

4.5.1.1. Atualmente o serviço de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa deste instrumento é prestado pelo Contrato n. 018/2024. E o serviço de cuidador é prestado, por hora, conforme contrato emergencial 36/2025.

4.5.1.2. A demanda do órgão tem como base levantamento realizado na instituição:

**Serviço de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Florianópolis: 30 (PROAFE - 22 +8 (para atendimento às demandas de SECARTE e PRAE)) e 8(CCE): 38 postos**

**Serviço de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Araranguá: 08 postos**

**Serviço de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Blumenau: 08 postos**

**Serviço de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Curitibanos: 08 postos**

**Serviço de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Joinville: 08 postos**

Para os campi Blumenau, Curitibanos e Joinville não há demanda de contratação no semestre letivo de 2025.2.

**Serviço de guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Florianópolis: 06**

**Serviço de guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Araranguá: 04**

**Serviço de guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Blumenau: 04**

**Serviço de guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Curitibanos: 04**

**Serviço de guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa - Campus Joinville: 04**

No semestre letivo de 2025.2, não há demanda de contratação de guia intérprete para os campi da UFSC.

**Para o Serviço de profissional de apoio escolar (cuidador) - Campus Florianópolis: 12 (Colégio de Aplicação - educação básica)**

4.5.1.3. Como dados históricos, informa-se que a UFSC dispõe de 22 postos de trabalho de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa contratados por meio do Contrato 018/2024. E uma média mensal de 17 plantões de 10h e 4 plantões de 4h no contrato emergencial 36/2025.

4.5.2. Os dados históricos e as estimativas de consumo não criam obrigação ao órgão, servindo apenas de subsídio para o licitante dimensionar sua proposta.

## 5. Critérios de Medição do Pagamento

5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice I deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.2. Será indicada a retenção ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.2.1. Não produziu os resultados acordados,

5.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base na Meta a Cumprir, Instrumento de Medição, Forma de Acompanhamento e Periodicidade de cada indicador estabelecido.

5.4. Serão **3 (três) indicadores** distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo Mecanismo de Cálculo e respectivas Faixas de Ajuste no Pagamento, **que serão somados**, formando a glosa total que será aplicada no pagamento do período:

Indicador	Mecanismo de Cálculo	Faixas de Ajuste
1	<b>Pagamento de salários e benefícios (alimentação e transporte):</b>  X= Dias de atraso no efetivo crédito de salários e/ou benefícios.	De 1 a 2 dias corridos de atraso – 0,5% do valor total mensal contratado  De 3 a 5 dias corridos de atraso – 1% do valor total mensal contratado  De 6 a 9 dias corridos de atraso – desconto de 2% do valor total mensal contratado  De 10 a 15 dias corridos de atraso – desconto de 2,5% do valor total mensal contratado  Mais de 15 dias corridos de atraso – desconto de 3% do valor total mensal contratado
2	<b>Recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS) e FGTS dos trabalhadores:</b>  X= Meses de atraso no efetivo recolhimento de INSS e FGTS, com base na data de vencimento das obrigações.	X = até 1 mês completo de atraso – desconto de 0,5%  1 < X ≤ 2 meses completos de atraso – desconto de 0,75% do valor total mensal contratado  X > 2 meses completos – desconto de 1 % do valor total mensal contratado
3	<b>Qualidade Dos Serviços Prestados:</b>  X= Resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme parâmetros apresentados no Apêndice II deste Termo de Referência.	42 ≥ X ≥ 40 – desconto de 0% do valor total mensal contratado  39 ≥ X ≥ 36 – desconto de 1% do valor total mensal contratado  35 ≥ X ≥ 31 – desconto de 2% do valor total mensal contratado  30 ≥ X ≥ 25 - desconto de 3% do valor total mensal contratado  X ≤ 24 - desconto de 6% do valor total mensal contratado

**5.4.1.** O redimensionamento do pagamento respeitará limite máximo de 10% sobre o valor total da parcela mensal.

**5.4.2.** Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa atingir os descontos máximos em um ou mais indicadores, ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas no Edital e seus anexos.

**5.4.3.** O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

**5.4.4.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

**5.4.5.** A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

**5.4.5.1.** Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em qualquer indicador, por mais de 3 (três) vezes durante a vigência deste contrato ou a cada prorrogação, se houver;

**5.4.5.2.** Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em um mesmo indicador, por 3 (três) vezes consecutivas.

**5.5. O indicador nº 03** trata da avaliação da qualidade dos serviços realizada por meio de um formulário de avaliação com **pontuação decrescente de 3 (três), 2(dois), 1(um) e 0(zero)**, respectivamente, sendo que a avaliação 3(três) corresponde ao completo atendimento aos resultados esperados e a avaliação 0(zero) corresponde ao não atendimento aos resultados esperados.

**5.5.1.** O formulário é dividido em módulos com pesos específicos. A cada módulo, a fiscalização deverá selecionar apenas um conceito entre os quatro disponíveis.

**5.5.2.** A pontuação de cada módulo deverá ser multiplicada ao seu respectivo peso de avaliação, conforme Apêndice II deste Termo de Referência, obtendo-se a pontuação total de cada módulo. A soma das pontuações totais de cada módulo resultará na pontuação obtida cuja respectiva faixa de ajuste está prevista no item 5.4.

**5.6.** O detalhamento quanto ao regramento para o processamento do pagamento devido à contratada apresenta-se definido na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

## 6. Critérios de Seleção do Fornecedor

### 6.1. Requisitos para o julgamento da proposta comercial:

**6.1.1.** O critério de julgamento das propostas será: **menor preço por item com agrupamento em lote/grupo**.

6.1.1.1. O valor do item 4 é fixo e não será objeto de lances, sob pena de desclassificação ou recusa da proposta.

### 6.2. Regime de Execução

**6.2.1.** O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### 6.3 Custos Mínimos relevantes

6.3.1 Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) na CCT SEAC 2026 (SC000124/2026 e SC000110/2026 - Blumenau), utilizado(a) como paradigma ou conforme pesquisa de mercado (no caso do salário dos intérpretes e guias-intérpretes):

#### 6.3.1.1. Tradutor e intérprete de Libras

a) salário-base, no valor de R\$ 4.398,48;

b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 27,12;

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

c.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 307,89 (7% incidente sobre o total da remuneração).

#### 6.3.1.2. Guia Intérprete de Libras

- a) salário-base, no valor de R\$ 4760,90;
- b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 27,12;
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
  - c.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 333,26 (7% incidente sobre o total da remuneração).

#### 6.3.3. Profissional de apoio escolar (cuidador)

- a) salário-base, no valor de R\$ 1434,15;
- b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 27,12;
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
  - c.1) prêmio assiduidade, no valor de R\$ 100,39(7% incidente sobre o total da remuneração).

### 6.4. Requisitos para o julgamento da habilitação:

#### **6.4.1. Habilitação Jurídica**

6.4.1.1. Os requisitos de habilitação jurídica constam no Edital de Licitação.

#### **6.4.2. Habilitação fiscal, social, trabalhista**

6.4.2.1. Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista constam no Edital de Licitação.

#### **6.4.3. Habilitação econômico-financeira**

6.4.3.1. Os requisitos de habilitação econômico-financeira constam no Edital de Licitação.

#### **6.4.4. Qualificação Técnica**

6.4.4.1. Independentemente de cadastro no SICAF, a comprovação da qualificação técnica dar-se-á por meio de:

**a.1)** Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa **gerenciou ou gerencia serviços de mão de obra de forma adequada**, por período não inferior a 3 (três) anos, comprovando o quantitativo mínimo de:

- a.1.1. Para o lote 1: 22 postos de trabalho.
- a.1.2. Para o lote 2: 12 postos de trabalho.
- a.1.3. Para o lote 3: 12 postos de trabalho.
- a.1.4. Para o lote 4: 12 postos de trabalho.
- a.1.5. Para o lote 5: 12 postos de trabalho.
- a.1.6. Para o lote 6: 12 postos de trabalho.

**a.2)** Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.

**a.3)** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

**a.4)** O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao ano anterior à data da licitação e o prazo de 3 (três) anos não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua).

**a.5)** Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pela própria licitante.

## 7. Requisitos da Contratação

### Sustentabilidade

**7.1.** Em atendimento à Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, Art. 6º e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7 ed. 2024, da Advocacia-Geral da União, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

**7.1.1.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

**7.1.2.** Informar à Contratante sobre a existência de vazamentos de água, esgoto ou defeito na iluminação e descarte incorreto de lixo sempre que forem constatados no local de execução dos serviços;

**7.1.3.** Informar à contratante sobre pontos de água parada que podem ser criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, extinguindo-os sempre que possível.

**7.1.4.** Repassar aos seus funcionários as informações recebidas pela Contratante a respeito dos programas de uso racional dos recursos, programas de sustentabilidade e campanhas educativas, sendo dever dos funcionários da Contratada segui-los, quando dentro da Instituição.

**7.1.5.** Disponibilizar seus funcionários para participarem de treinamentos realizadas pela Contratante para fins de orientações relacionadas a boas práticas ambientais

**7.1.6.** Instruir seus funcionários sobre a correta utilização dos equipamentos de combate a incêndio disponíveis no local da prestação dos serviços, considerando as medidas de prevenção de incêndios dispostas na Legislação Estadual e a Norma Regulamentadora MT nº 23, de 8 de junho de 1978.

**7.1.7.** Instruir seus funcionários a fazer o uso racional de energia elétrica e de água na realização dos seus serviços por meio da adoção de medidas para evitar o desperdício e dar preferência a equipamentos que promovam a redução do consumo.

**7.1.8.** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

**7.1.9.** Instruir os funcionários a utilizar os seus próprios recipientes para ingestão de líquidos, e reutilizá-los, a fim de eliminar o uso de recipientes descartáveis na prestação de serviços nas dependências da Contratante.

**7.1.10.** Instruir os funcionários da Contratada a respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

**7.1.11.** Manter critérios privilegiados para a aquisição e uso de equipamentos, insumos e EPIs que promovam a redução do consumo de água, de energia e de lixo;

**7.1.12.** Dar prioridade ao uso de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2; e sempre que forem utilizados materiais físicos (impressões, folhetos, apostilas), o contratado deverá priorizar versão digital ou impressão sustentável (uso mínimo de papel, preferência para papel certificado, uso de tinta ecológica, etc.

**7.1.13.** Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

**7.1.14.** Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.

**7.1.15.** Responsabilizar-se integralmente pela separação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

**7.1.16.** Caso sejam gerados resíduos comuns, os funcionários da contratada deverão acondicioná-los adequadamente, de acordo com o Sistema de Gestão de Resíduos vigentes na instituição ou dar a destinação ambientalmente adequada para os mesmos.

**7.1.17.** É desejável que a Contratada tenha a certificação ABNT NBR ISO 14000, que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais;

**7.1.18.** Comprometer-se a executar o objeto deste contrato em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que couber.

**7.1.19.** Quando o serviço for realizado por deslocamento, o contratado e a contratante buscarão meios mais sustentáveis.

### Subcontratação

**7.2** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

7.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual da contratação.

7.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

7.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

7.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

7.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

7.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

7.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

7.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

7.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

7.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

7.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

7.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

7.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

7.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

7.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

7.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

7.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

7.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

7.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Instalação de escritório**

7.20 Não é obrigatória a instalação de escritório no município ou região metropolitana onde ocorrerá a prestação do serviço.

## **8. Das Obrigações da Contratada**

8.1. O detalhamento quanto às obrigações da contratada apresentam-se definidos **na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório**.

## **9. Das Obrigações da Contratante**

9.1 O detalhamento quanto às obrigações da contratante apresentam-se definidos na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

## **10. Apêndices deste Termo de Referência**

**Apêndice I** - Instrumento de Medição de Resultados

**Apêndice II** - Formulário de avaliação do indicador 3 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR

## Apêndice I - IMR

Indicador Nº 01 – Pagamento de salários e benefícios (alimentação e transporte)	
Item	Descrição
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos no pagamento de obrigações trabalhistas
Meta a cumprir	Assegurar os direitos trabalhistas a cada mês, cumprindo a legislação e os acordos /convenções/dissídios coletivos
Instrumento de medição	Preenchimento de planilha para acompanhamento, conforme entrega de documentação comprobatória.
Forma de acompanhamento	Análise de documentos comprobatórios de quitação das obrigações trabalhistas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	X= Dias de atraso no efetivo crédito de salários e/ou benefícios
Início da Vigência	Início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme item 5 deste Termo de Referência
Cálculo da faixa de ajuste <i>[a ser preenchido mensalmente pelo fiscal do contrato]</i>	

Indicador Nº 02 – Recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS) e FGTS dos trabalhadores	
Item	Descrição
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos no pagamento de obrigações trabalhistas
Meta a cumprir	Assegurar os direitos trabalhistas a cada mês, cumprindo a legislação.
Instrumento de medição	Preenchimento de planilha para acompanhamento, conforme entrega de documentação comprobatória.
Forma de acompanhamento	Análise de documento comprobatório de quitação das obrigações trabalhistas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	X= Meses de atraso no efetivo recolhimento de INSS e FGTS, com base na data de vencimento das obrigações.
Início da Vigência	Início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme item 5 deste Termo de Referência



Cálculo da faixa de ajuste [a ser preenchido mensalmente pelo fiscal do contrato]	
---	--

Indicador Nº 03 - Qualidade Dos Serviços Prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Garantir a prestação de um serviço eficiente com qualidade
Instrumento de medição	Preenchimento da planilha de acompanhamento
Forma de acompanhamento	Avaliação pelo fiscal do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	X= Resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme parâmetros apresentados no Apêndice II deste Termo de Referência.
Início da Vigência	Data do início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme item 5 deste Termo de Referência
Cálculo da faixa de ajuste [a ser preenchido mensalmente pelo fiscal do contrato]	

Apêndice II-Formulário de Avaliação IMR

Indicador nº 03- FORMULÁRIO DE DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS			
Módulo A - Dos Colaboradores	Pontos	Peso do Módulo A	Ponto x Peso (o fiscal deve preencher apenas uma opção de cada submódulo)
Submódulo A1 – Utilização de uniformes, equipamentos de proteção e entrega de materiais			
Uniformes completos, empregados com crachás legíveis. EPIs completos e disponíveis a todos os funcionários. Materiais exigidos no TR entregues no prazo e condições previstas (Nenhuma ocorrência no mês)	3	01	
Uniformes incompletos e/ou empregados com crachás ilegíveis ou sem crachás. EPIs completos e disponíveis a todos os funcionários. Materiais exigidos no TR entregues no prazo e condições previstas (até 5 ocorrências de uniformes e/ou crachás totais por mês)	2	01	
Uniformes completos, empregados com crachás legíveis. EPIs incompletos ou indisponíveis a todos os funcionários. Falha na entrega de materiais, entregues fora do prazo ou em desacordo com TR (até de 1 ocorrência de EPI e/ou entrega de materiais por mês)	1	01	

Uniformes incompletos, empregados sem crachás legíveis. EPIs incompletos ou indisponíveis a todos os funcionários. Materiais entregues fora do prazo ou em desacordo com TR (Mais de 6 ocorrências de uniforme /crachás e/ou mais de 1 ocorrência de EPI e/ou materiais totais por mês)	0	01	
<b>Total Módulo A</b>			

<b>Módulo B - Da Contratada</b>	<b>Pontos</b>	<b>Peso do Módulo B</b>	<b>Ponto x Peso (o fiscal deve preencher apenas uma opção de cada submódulo)</b>
<b>Submódulo B1 – Pontualidade e reposição de faltas/afastamentos</b>			
Os funcionários cumprem rigorosamente os horários de trabalho, sem atrasos ou saídas antecipadas. A empresa repõe trabalhadores em caso de faltas/afastamentos no tempo previsto (Nenhuma ocorrência no mês)	3	03	
Os funcionários cumprem os horários de trabalho, mas houve atrasos ou saídas antecipadas. A empresa repõe trabalhadores em caso de faltas/afastamentos integrais, mas não repõe atrasos e saídas antecipadas (até 5 ocorrências de atrasos/saídas antecipadas totais por mês sem reposição).	2	03	
Os funcionários cumprem os horários de trabalho, mas houve atrasos ou saídas antecipadas. A empresa não repõe trabalhadores em todas as faltas/afastamentos ou repôs fora do prazo previsto no TR. (entre 6 a 10 ocorrências de atrasos/saídas antecipadas sem reposição totais por mês e/ou até 2 ocorrências de ausência de reposição integral ou fora do prazo).	1	03	
Os funcionários não cumprem os horários de trabalho, com registros atrasos ou saídas antecipadas. A empresa não repõe trabalhadores nos atrasos/saídas antecipadas e faltas/afastamentos ou repôs fora do prazo previsto no TR. (mais de 10 ocorrências de atrasos/saídas antecipadas totais por mês sem reposição e/ou mais de 2 ocorrências de ausência integral sem reposição ou fora do prazo).	0	03	
<b>Submódulo B2 – Qualificação dos trabalhadores</b>			
Todos os trabalhadores possuem a qualificação exigida no TR e não houve atrasos na entrega da documentação completa referente a qualificação do profissional alocado no posto.	3	03	
Todos os trabalhadores possuem a qualificação exigida no TR, mas houve atraso(s) na entrega da documentação completa referente a qualificação de profissional alocado no posto.	2	03	
Constatado trabalhador(es) não possui(em) a qualificação exigida no TR, tendo sido feita a substituição dentro do prazo estabelecido no termo de referência.	1	03	
Constatado trabalhador(es) não possui(em) a qualificação exigida no TR, não tendo sido feita a substituição dentro do prazo estabelecido no termo de referência.	0	03	
<b>Submódulo B3 - Qualidade do atendimento prestado</b>			
Nenhuma ocorrência no mês: Não houve registro de reclamação referente a qualidade do serviço prestado.			
Qualidade do serviço prestado diz respeito a: 1. Sem registros de atrasos no atendimento às demandas; 2. postura profissional e conduta ética; 3. capacidade de adequação comunicativa; 4. Ausência de reclamações formais quanto à execução do serviço.	3	03	
De 1 a 3 ocorrências totais no mês: Registro de reclamação referente a qualidade do serviço prestado à equipe de fiscalização do contrato ou canais oficiais de registro de reclamação.	2	03	

De 4 a 6 ocorrências totais no mês: Registro de reclamação referente a qualidade do serviço prestado à equipe de fiscalização do contrato ou canais oficiais de registro de reclamação.	1	03	
7 ou mais ocorrências totais no mês: Registro de reclamação referente a qualidade do serviço prestado à equipe de fiscalização do contrato ou canais oficiais de registro de reclamação.	0	03	
<b>Total Módulo B</b>			

<b>Módulo C - Da relação com a Contratante</b>	<b>Pontos</b>	<b>Peso do Módulo C</b>	<b>Ponto x Peso (o fiscal deve preencher apenas uma opção de cada submódulo)</b>
<b>Submódulo C1 – Atendimento das solicitações da gestão e fiscalização do contrato</b>			
Nenhuma ocorrência no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados. (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	3	02	
De 1 ou 5 ocorrências totais no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	2	02	
Entre 6 e 10 ocorrências totais no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados. (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	1	02	
Mais de 11 ocorrências totais no mês: Envio da documentação exigida no contrato ou solicitada pela equipe de fiscalização ou gestão do contrato, no prazo determinado pela Contratante. Prestação de esclarecimentos formais solicitados com presteza e integralidade. Providências imediatas requeridas pela equipe de fiscalização ou de gestão do contrato em caso de inadequação dos serviços prestados. (1 ocorrência = 1 e-mail não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita)	0	02	
<b>Submódulo C2 – Atendimento do preposto</b>			
Nenhuma ocorrência, no mês, relacionada a realização das visitas mensais e quanto as respostas dos contatos realizados por email ou WhatsApp.	3	02	
Até 3 ocorrências do total de ocorrências do mês, relacionadas a realização das visitas mensais e quanto as respostas dos contatos realizados por email ou WhatsApp (1 ocorrência = 1 contato não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita ou 1 visita mensal não realizada)	2	02	
Entre 4 e 5 ocorrências do total de ocorrências do mês, relacionadas aa realização das visitas mensais e quanto as respostas dos contatos realizados por email ou WhatsApp (1 ocorrência = 1 contato não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita ou 1 visita mensal não realizada)	1	02	

Mais de 6 ocorrências do total de ocorrências do mês, relacionadas a realização das visitas mensais e quanto as respostas dos contatos realizados por email ou WhatsApp (1 ocorrência = 1 contato não respondido, respondido fora do prazo ou com resposta não aceita ou 1 visita mensal não realizada).	0	02	
Total Módulo C			
Resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços (total módulo A+B+C)			

1. Versão do documento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Atualização: dezembro/2023. Termo de Referência contratação de Serviços com mão de obra – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação – Adaptada UFSC\_ versão 1.0. Ano 2024.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREIA MICHELE DANNENHAUER  
Planejamento

TATIANE BEVILACQUA  
Planejamento

MARILISE LUIZA MARTINS DOS REIS SAYAO  
Planejamento

CLAUDIA MILANEZI VIEIRA  
Planejamento

**BIANCA COSTA SILVA DE SOUZA**

Equipe de apoio

**LAIS DOS SANTOS DI BENEDETTO FRASCA**

Equipe de apoio

**ELIETE SANTIN STAUB**

Planejamento

**LETICIA CUNHA DA SILVA**

Planejamento

**DAIELI ALTHAUS**

Planejamento

## MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC

# Estudo Técnico Preliminar 292/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 230800184292025-72

## 2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC possui demanda de serviços de cuidadores, intérpretes (Libras/Língua Portuguesa) e guia-intérpretes (Libras/Língua Portuguesa) para atender às suas necessidades legais e institucionais de inclusão de modo a assegurar um sistema educacional inclusivo e garantir a acessibilidade a todos os estudantes com deficiência, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), Decreto 5.626/2025 e o Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade.

Assim, é imprescindível que a instituição viabilize: o acolhimento e atendimento os estudantes surdos de maneira adequada e o cumprimento dos seus direitos no ensino básico e superior público evitando a evasão e garantindo a permanência e a aprendizagem; o ensino e a promoção da acessibilidade bem como a inclusão das pessoas com deficiência auditiva/surdez.

Atualmente, a UFSC conta com uma quantidade limitada de servidores efetivos para esses cargos, e novas contratações via concurso público estão impedidas por decretos federais, sendo apenas 4 tradutores e intérpretes de LIBRAS concursados de nível médio e 7 de nível superior. Destes profissionais, 6 atuam no Centro de Comunicação e Expressão, 02 atuam na Coordenadoria de Acessibilidade Educacional/PROAFE, 01 no Campus Joinville, 01 no Campus Blumenau e 01 no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), além de 19 professores surdos que ministram aulas no Curso de Letras Libras, Colégio de Aplicação e Campus Blumenau Conforme Decreto 9262/2018, fica extinto o cargo de tradutor intérprete de nível superior, no PCCTAE. **Conforme Decreto 10185/2019, fica vedada a abertura de concurso público para o cargo de tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais, nível médio, no PCCTAE.**

Estes quantitativos não são suficientes para atender a demanda crescente da instituição, considerando:

- A oferta da disciplina de Libras para todos os cursos de formação de professores e fonoaudiólogos da UFSC, conforme a legislação vigente
- Atividades promovidas pela comunidade universitária, tais como eventos, atividades acadêmicas, encontros de alunos, exposições, reuniões, etc, nas quais são necessários profissionais intérpretes para assistir professores e estudantes surdos e/ou surdocegos
- O ingresso de novos estudantes da graduação e pós-graduação, a cada semestre, dentre eles, estudantes surdos sinalizantes (que utilizam a LIBRAS). Ressalta-se que, tanto na graduação (Lei 13409/2016 e Resolução Normativa N° 159/2021/CUn) como na pós graduação (Resolução Normativa N° 145/2020/CUn), há reserva de vagas para candidatos com deficiência, além da modalidade de classificação geral, nas quais os estudantes surdos podem ingressar.
- Atualmente, a Instituição possui o quantitativo estimado de 75 estudantes com deficiência auditiva nos cursos de Pós-Graduação, 73 estudantes de Graduação, 1 estudante da educação Básica e 36 servidores, quantitativo este distribuído entre os cinco campi da Instituição<sup>1</sup>.

Em relação ao serviço de guias-intérpretes, no semestre 2025.1, não houve estudantes surdocegos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC. No entanto, com o ingresso semestral de estudantes, podem ainda surgir demandas neste ano de 2025 e anos seguintes. Ressalta-se que não há código de vaga para cargo efetivo de guia-intérprete no serviço público federal, impossibilitando a contratação, por concurso público, desses profissionais.

Ainda visando a acessibilidade, a Lei Brasileira de Inclusão, prevê o apoio para atividades como alimentação, higiene e locomoção de estudantes com deficiência. Entretanto, atualmente, não há cargo público equiparado às atribuições de cuidador, na Instituição, e o cargo equivalente encontra-se extinto/em extinção/vedado de provimento no quadro de pessoal da UFSC. Assim, em 2025, firmou-se o **Contrato emergencial 36/2025**, em resposta ao Mandado de Segurança nº 5008979-05.2024.4.04.7200/SC e o Parecer de Força Executória n. 00207/2024/EATE-D EDU/EFIN4/PGF/AGU. O contrato foi realizado sem dedicação exclusiva, mediante prestação de serviço por plantões de 4h e 10h, sendo impreterível que a instituição viabilize o fornecimento do serviço finda a vigência da contratação emergencial.

<sup>1</sup> Fonte dos Dados: Sistema de Controle Acadêmico da Pós Graduação (CAPG) da UFSC, de 01/05/2025, Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR) da UFSC, de 01/05/2025, PRODEGESP. Os dados da Educação básica foram repassados pelo Serviço Pedagógico de Educação Especial do Colégio de Aplicação em maio de 2025. Ressalta-se que estes dados são aproximados, pois possivelmente há indivíduos com deficiência que optam pela não autodeclaração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidades	Leslie Sedrez Chaves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução deverá viabilizar o fornecimento dos serviços de tradução e interpretação em libras/língua portuguesa, guia-intérprete e profissional de apoio escolar (cuidador) , considerando os seguintes requisitos mínimos:

- a. Qualificação mínima dos profissionais prestadores dos serviços:
- a.1. Para Tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa:

a.1.1. Ter idade mínima de 18 anos.

a.1.2. Ensino Superior Completo ou em andamento (à partir do quarto semestre); que poderá ser: Bacharelado em Letras Libras ou: Graduação em Letras (com certificação de proficiência em Libras) ou; Graduação em qualquer área (com certificação de proficiência em Libras) ou tecnólogo em qualquer área, desde que comprove proficiência

a.1.3. A proficiência em Libras poderá ser comprovada mediante certificado de exames emitidos pelo MEC; ou instituições de educação credenciadas ao MEC; ou por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda. Ainda poderá comprovar a proficiência mediante certificado de cursos de graduação em Letras Libras ou curso de Libras ofertado por instituições vinculadas ao MEC ou curso de pós-graduação na área (mesmo que em andamento).

a.1.4. A experiência, competência e fluência podem ser comprovadas por meio de comprovação de atuação de seis meses na área; ou análise de currículo e prova de seleção, sob responsabilidade da Contratada, contemplando teoria e prática em tradução e interpretação.

a.1.5. A formação em nível superior poderá ser comprovada por meio do certificado de conclusão de curso ou diploma devidamente registrado. Já a formação em nível superior em andamento poderá ser comprovada mediante atestado de matrícula regular ou declaração da coordenação de curso de graduação da instituição superior de ensino no qual o trabalhador estiver matriculado.

Os requisitos acima mencionados foram definidos com base em na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que prevê que os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devam possuir formação em nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

- a.2. Para Guia-interpretação em Libras/Língua Portuguesa:

a.2.1. Ter idade mínima de 18 anos.

a.2.2. Ensino Superior Completo ou em andamento (à partir do quarto semestre); que poderá ser: Bacharelado em Letras Libras ou; Graduação em Letras (com certificação de proficiência em Libras) ou; Graduação em qualquer área (com certificação de proficiência em Libras) ou tecnólogo em qualquer área, desde que comprove proficiência.

a.2.3. A proficiência em Libras poderá ser comprovada mediante certificado de exames emitidos pelo MEC; ou instituições de educação credenciadas ao MEC; ou por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda. Ainda poderá comprovar a proficiência mediante certificado de cursos de graduação em Letras Libras ou curso de Libras ofertado por instituições vinculadas ao MEC ou curso de pós-graduação na área (mesmo que em andamento).

a.2.4. A experiência, competência e fluência podem ser comprovadas por meio de comprovação de atuação de seis meses na área; ou a análise de currículo e prova de seleção, sob responsabilidade da Contratada, contemplando teoria e prática em tradução e interpretação.

a.2.5. A formação em nível superior poderá ser comprovada por meio do certificado de conclusão de curso ou diploma devidamente registrado. Já a formação em nível superior em andamento poderá ser comprovada mediante atestado de matrícula ou declaração da coordenação de curso de graduação da instituição superior de ensino no qual o trabalhador estiver matriculado.

**Os requisitos acima mencionados foram definidos com base na Lei Nº 14.704, de 25 de outubro de 2023**, que prevê que o guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) deve ser diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras; diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras; ou diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

**Diante da dificuldade de encontrar profissionais no mercado de trabalho, identificada nas contratações anteriores, optou-se por considerar, intérpretes que estão cursando nível superior a partir da quarta fase de seus respectivos cursos em qualquer área, contanto que apresentem proficiência e fluência em Libras, mantendo-se o mesmo salário base.**

Esta decisão levou em consideração as observações da gestão do contrato 18/2024 (Processo 23080.028838/2023-15):

1. Mantém-se a dificuldade em encontrar, no mercado de trabalho, profissionais intérpretes e guias intérpretes com formação em nível superior, principalmente no campus Araranguá, campus ao qual estão vinculados quatro profissionais atualmente.
2. O fato da licitação passada (Processo 23080.028838/2023-15) prever a possibilidade de contratação de profissionais que estivessem cursando a graduação foi um incentivo para que os profissionais contratados permanecessem e finalizassem seus cursos de graduação. Após praticamente 2 anos de Contrato, já se tem, na equipe de terceirizados, maior número de profissionais com ensino superior completo, o que qualifica o trabalho prestado e cumpre os preceitos legais.
3. Verificou-se que a proficiência em Libras, um dos requisitos essenciais para a contratação e para a qualificação o trabalho, tem uma vinculação direta com o nível de escolaridade do profissional.
4. A manutenção do mesmo salário base se pauta no preceito de que não há diferença entre as atividades realizadas pelos profissionais. E se coloca como um incentivo para a formação de um contingente profissional devidamente qualificado para atuar na educação superior.
5. A partir do exposto, compreende-se que é viável e relevante a manutenção do modelo proposto na licitação passada (Processo 23080.028838/2023-15), avançando no quesito do andamento da graduação (passando da exigência de estar cursando a graduação a partir da primeira fase para a exigência de estar cursando a graduação a partir de quarta fase), com vistas a prever a escolaridade como ensino superior completo para uma próxima licitação.

A contratada deverá garantir, também, que:

- Prioritariamente, os profissionais tenham formação em guia-interpretação.
- O guia-intérprete possua conhecimento e domínio da Língua de Sinais Tátil, mediante apresentação de certificado de, no mínimo, 40 (quarenta) horas e de Datilologia (alfabeto manual tátil), apresentando certificado de curso de, no mínimo, 40 (quarenta) horas.
- Que os profissionais sejam conhecedores dos aspectos relacionados com a cultura surdocega; Conhecer as técnicas de comunicação com a pessoa surdocega, em especial o Alfabeto Manual Tátil, Escrita na palma da mão e Libras Tátil, considerando que as pessoas surdocegas podem ter visão ou audição residual e também se comunicar de forma distinta, de acordo com a preferência/habilidade de cada qual;
- Que os profissionais contribuam para a comunicação entre a pessoa surdocega e o meio no qual ela está interagindo;
- Que os profissionais conheçam as técnicas de orientação e mobilidade da pessoa surdocega;
- Que os profissionais saibam como se aproximar e se posicionar para guiar a pessoa surdocega durante todo o trajeto, tais como: lugares estreitos, abrindo portas, diante de um meio fio, utilizando escadas, buscando assento, entrando em um carro, etc.

**a.3. Para profissional de apoio escolar (cuidadores) :**



a.3.1. Formação como cuidador de, no mínimo, 150h ou formação como auxiliar em enfermagem ou técnico em enfermagem e comprovação de experiência profissional no acompanhamento de atividades de vida diária por, no mínimo, 01 ano. Como formas de comprovação de experiência profissional, pode-se apresentar o registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço, declaração de prestação de serviço emitida por empresa de terceirização, declaração de prestação de serviço emitida pelo contratante, se pessoa física.

a.3.2. O profissional deve ter força física para propiciar o apoio necessário

a.3.3. A contratada deverá disponibilizar profissional de acordo com as especificidades pessoais de cada pessoa, respondendo a determinados perfis, como compleição física e gênero, por exemplo.

a.3.4. Por se tratar de algumas atuações que envolvem a intimidade das pessoas com deficiência – que preferencialmente seja disponibilizado profissional do gênero feminino, para atuação com pessoas do gênero feminino, e do gênero masculino, para acompanhamento de pessoas do gênero masculino.

a.3.5. O profissional alocado na execução do serviço deverá possuir certidão negativa de antecedentes criminais, em atendimento ao PARECER n. 00019/2025/NLICIT/PFUFSC/PGF/AGU, registrado no Processo 23080.007923/2025-10

b. A Contratada deverá atender a Lei nº 14.704/2023, que regulamenta a profissão de intérprete de Libras e estabelece uma jornada de trabalho de até 30 horas semanais.

c. Para os serviços de intérprete e guia-intérprete o serviço deverá garantir:

- Garantir fidedignidade (o guia-intérprete não altera a informação), imparcialidade (o guia-intérprete não interfere com opiniões próprias) e impessoalidade (o guia-intérprete é um mediador impessoal);
- Permitir o uso de imagem e voz;
- Contextualizar o sentido, na língua de destino (guia-interpretação) ou na mesma língua e em outro sistema de comunicação, no sistema utilizado pela pessoa surdocega (transliteração ou tradução);
- Descrever o que ocorre em torno da situação de comunicação, a qual inclui tanto o espaço físico em que essa se apresenta, como as características e atividades das pessoas nelas envolvidas;
- Facilitar o deslocamento e a mobilidade da pessoa surdocegas;
- Compreender a mensagem em uma língua e extrair o sentido através das informações linguísticas, por meio de palavras, orações, aspectos como intensidade, tom, timbre, entonação, acentuação, ritmo e pausa;
- Compreender a mensagem em uma língua e extrair o sentido através das informações extralinguísticas, por meio de pistas sonoras ou visuais provenientes do emissor e da situação comunicativa;
- Sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços;

d. A contratada deverá comprovar que possui experiência para o fornecimento do serviço.

## 5. Levantamento de Mercado

Durante o levantamento de mercado foram identificadas as seguintes soluções possíveis:

a. Quanto às possibilidades de contratação, considerou-se a adesão à atas de registro de preços. Entretanto, considerando as peculiaridades da demanda da Instituição, não foi identificada uma ata que atendesse a necessidade em sua totalidade. Resultando na necessidade de abertura do processo licitatório, tendo em vista que, conforme 10185/2019, fica vedada a abertura de concurso público para o cargo de tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais, no PCCTAE e que o cargo equivalente ao de cuidador encontra-se extinto/em extinção/vedado de provimento no quadro de pessoal da UFSC.

b. Quanto aos moldes da licitação, verificou-se as seguintes possibilidades:

- **Por Posto de Trabalho:** A forma mais comum, onde a contratação é feita para um número fixo de profissionais (postos) com uma carga horária semanal definida.

### 5.1.b.-.1 Aspectos positivos:

**5.1.b.-.1.1. Continuidade e Estabilidade no Atendimento:** Garante que estudantes com deficiência tenham acesso a um profissional fixo e familiar, o que é crucial para construir confiança e fornecer apoio contínuo. Isso assegura a permanência e o êxito acadêmico.

**5.1.b.-.1.2. Melhor Conhecimento das Demandas Acadêmicas:** Profissionais alocados em postos de trabalho fixos tendem a adquirir um conhecimento aprofundado das necessidades específicas dos estudantes e das particularidades dos cursos e departamentos da instituição

**5.1.b.-1.3. Previsibilidade para a UFSC:** Permite à instituição planejar com antecedência a oferta de serviços para atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão, incluindo aulas, reuniões e eventos.

#### **5.1.b.-2. Aspectos negativos:**

**5.1.b.-2.1. Custos Fixos e Potencial de Ociosidade:** A instituição arca com um custo fixo, independentemente da demanda efetiva. Em períodos de férias acadêmicas, recesso ou em situações onde a demanda de um estudante específico é menor, pode haver um custo desnecessário.

- **Por Demanda:** A contratação ocorre para atender a uma necessidade específica, com pagamento baseado nas horas trabalhadas. É um modelo mais flexível, adequado para demandas pontuais ou variáveis.

#### **5.1.b.-1. Aspectos positivos:**

**5.1.b.-1.1. Flexibilidade e Otimização de Custos:** Permite que a instituição contrate os serviços somente quando necessário, pagando pelas horas ou pelo serviço efetivamente prestado. Isso otimiza os recursos públicos em cenários de demandas incertas ou esporádicas.

**5.1.b.-1.2. Atendimento a Necessidades Variáveis:** Pode ser útil para atender a demandas de estudantes em disciplinas optativas ou que frequentam aulas em outros cursos, ou a demandas de servidores que necessitam de apoio de forma não contínua.

#### **5.1.b.-2. Aspectos negativos:**

**5.1.b.-2.1. Falta de Continuidade no Apoio:** A grande desvantagem em um contexto educacional é a falta de continuidade. Um estudante que necessita de apoio diário para locomoção, higiene ou interpretação de aulas pode ter que lidar com diferentes profissionais, o que pode prejudicar o processo de aprendizagem e a adaptação.

**5.1.b.-2.2. Risco de Indisponibilidade:** Pode haver o risco de a instituição não conseguir profissionais qualificados e disponíveis no momento exato em que a demanda surgir, comprometendo a acessibilidade e o direito à educação dos alunos e servidores.

**5.1.b.-2.3. Maior Carga Administrativa:** O controle de horas, eventos e pagamentos por demanda exige uma gestão administrativa mais detalhada por parte da instituição.

- c. Quanto a forma de contratação, verificou-se a possibilidade de realizar processo licitatório para a contratação imediata ou via registro de preços. Neste sentido, verificou-se que o Registro de Preços permite a contratação gradual dos serviços conforme a demanda efetiva se manifesta, o que se mostra particularmente útil no ambiente acadêmico, onde a demanda por acessibilidade varia a cada semestre, com a entrada e saída de novos alunos.
- d. Quanto a distribuição de itens em lote ou a licitação em lote único, por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, foi necessário agrupar os itens em lote uma vez que o custo do profissional varia conforme o município.
- e. Quanto ao contexto de mercado, foram identificadas as seguintes situações:

- O serviço de intérprete e guia-intérprete demanda mão-de-obra especializada e com uma complexidade linguística que não existe em ambientes não educacionais, especialmente universitários. Este fato, somado a inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, faz com que haja dificuldade de encontrar no mercado profissionais qualificados que tenham interesse em prestar o serviço. com base no salário geral da CCT/SEAC, utilizado para a definição dos valores de referência dos postos de trabalho comumente licitados. Muitos destes profissionais veem maior vantagem em trabalhar por hora o que acarretou, em contratações anteriores, em grande rotatividade de profissionais. Essa rotatividade já foi objeto de reclamações por parte de estudantes e servidores surdos da universidade justificada pelo perfil dos profissionais contratados nos contratos 235/2019 e 123/2020.

-

## **6. Descrição da solução como um todo**

*Após análise das soluções identificadas no levantamento de mercado, optou-se por licitar, via registro de preços, postos de intérprete, guia-intérprete de libras e profissionais de apoio escolar para o Colégio de Aplicação (cuidadores), por meio do fornecimento exclusivo de mão de obra. Já para profissionais de apoio escolar para estudantes de graduação e de pós-graduação e de servidores, será feita contratação por plantão/horas (sem mão de obra exclusiva). Tal escolha foi baseada nos seguintes aspectos:*

- a. Para o serviço de profissional de apoio escolar (cuidador):

Embora, num primeiro momento, a contratação por hora possa ser mais vantajosa financeiramente, considerando que a demanda principal é o apoio nas atividades de vida diária às pessoas com deficiência, que implica a necessidade de vínculo, uma vez que o profissional auxiliará em demandas de apoio à higiene (portanto, tocando no corpo e em regiões íntimas da pessoa), optou-se pela contratação por posto de trabalho para o Colégio de Aplicação, o qual possibilita a construção desse vínculo. Como a demanda no Colégio de Aplicação é estável, com atendimento diário de segunda a sexta e em horário fixo, e considerando que os estudantes são crianças (portanto mais suscetíveis a riscos), avaliou-se que a prestação do serviço por funcionário fixo seria a mais indicada.

Quanto à contratação de cuidadores para atendimento a estudantes de graduação e de pós-graduação com deficiência e para atendimento a servidores, optou-se pela contratação por registro de preço de serviço sem dedicação de mão de obra exclusiva, com contratação por plantão/hora. Essa decisão se baseia na grande variação da demanda conforme o semestre, o que torna a contratação por posto inviável. Por exemplo, se há um contrato com dois postos de trabalho e, no semestre seguinte, há necessidade de mais um posto, não é possível realizar o acréscimo já que um posto corresponderia a mais de 25% do contrato. Se houver diminuição da demanda no segundo semestre, também a empresa não é obrigada a aceitar a supressão de posto em percentual acima de 25%, podendo resultar na continuidade de pagamento de posto ocioso. Além disso, o horário de prestação do serviço é variável conforme o número de disciplinas que o estudante optou por se matricular, se o curso é integral ou apenas em um período, se há outras atividades na semana como estágios, o que pode causar que o posto fique ocioso em grande parte da jornada semanal, ocasionando o desperdício de recursos públicos. Já a contratação por plantão/hora, permite que se faça o agendamento da prestação do serviço somente nos dias e nos horários em que forem realmente necessários. Será previsto no TR que, preferencialmente, seja encaminhado o mesmo funcionário para atendimento ao estudante, visando minimizar o risco de grande variação de profissionais ao longo do semestre (ainda que seja só uma preferência e não uma obrigação da contratada, verificou-se no contrato emergencial que a empresa atendeu ao pedido e o serviço nesse formato transcorreu de modo satisfatório). Outra vantagem da contratação por hora é que há menos risco do aluno ficar sem atendimento, como ocorreu no contrato por posto (o funcionário fixo, ao faltar e se afastar por atestado, acabou por deixar o posto descoberto em algumas horas/dias e o aluno sem atendimento. Também ocorreu da empresa encaminhar funcionário de outro posto para realizar a cobertura parcial de um segundo posto, gerando horas extras acima da quantidade permitida por lei e levando ao risco de processo trabalhista e responsabilidade subsidiária). Ao final do contrato por posto, a própria empresa recusou realizar a prorrogação, levando à interrupção do serviço, pois não considerou vantajoso manter o serviço nesses moldes.

**b. Para os serviços de tradução e interpretação e guia interpretação em Libras/Língua Português:**

Como possibilidades de contratação, tem-se a contratação de postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, postos de trabalho por hora/demanda, sem dedicação exclusiva, aquisição de equipamentos e serviços de tecnologias assistivas (plataformas para interpretação online simultânea).

No que se refere a demandas de reuniões institucionais e atendimentos em diferentes setores institucionais, é possível a utilização de equipamentos e serviços de tecnologias assistivas (plataformas para interpretação online simultânea). Para a tradução de materiais, a contratação de serviço por demandas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, é uma solução viável.

No entanto, para a interpretação em sala de aula das disciplinas de professores ouvintes para estudantes surdos ou de professores surdos para estudantes ouvintes, principal demanda que deve ser assegurada como forma de garantir os direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão, a possibilidade de contratação mais viável é de posto de trabalho, com dedicação de mão de obra exclusiva, pois a atuação exige continuidade no atendimento (com a elaboração de sinais, necessidade de preparação e sequência do conteúdo), podendo haver prejuízo aos estudantes quando há a substituição frequente do profissional que realiza o atendimento. Esta solução possibilita continuidade no atendimento e um domínio da sinalização em Libras no contexto acadêmico, que é necessário para as medições de comunicação realizadas.

Este contexto de sala de aula requer dos profissionais intérpretes, e também guias intérpretes, o tempo de preparo de conteúdo e o apoio entre profissionais (que atuam em duplas), que não poderá ser exigido de serviços de plataformas de interpretação simultânea, por exemplo. Do mesmo modo, uma contratação por hora/demanda não garante que o mesmo profissional acompanhe a mesma disciplina, fato que gerará prejuízo na comunicação e interpretação, uma vez que o conteúdo apresentado em sala de aula tem uma sequência e, se o intérprete/guia intérprete, não tem conhecimento do conteúdo prévio, restará prejudicada a interpretação.

Da mesma forma que os intérpretes, a atuação dos guias intérpretes também exige continuidade no atendimento (com a elaboração de sinais, necessidade de preparação e sequência do conteúdo), além do vínculo com o estudante, podendo haver prejuízo aos estudantes quando há a substituição frequente do profissional que realiza o atendimento.

A opção pelo registro de preços justifica-se pela possibilidade de contratação gradual dos serviços conforme a demanda efetiva se manifesta, o que se mostra particularmente útil no ambiente acadêmico, onde a demanda por acessibilidade varia a cada semestre, com a entrada e saída de novos alunos. Assim, o contrato deverá ter vigência de 12 meses, com a possibilidade de prorrogação por até 10 anos. Já a ata de registro de preços deverá ter vigência de 12 meses com a possibilidade de prorrogação por igual período, conforme faculta a Lei 14.133/21.

O quantitativo previsto na ata de registro de preços deverá ser renovado quando a ata for prorrogada.

**A solução inclui, ainda, além dos requisitos já apresentados no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar-ETP:**

A prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 07h às 22h, de acordo com a demanda dos estudantes e servidores, respeitado o horário de trabalho do posto de trabalho. Eventualmente poderá ser solicitada a prestação de serviço aos sábados, por serem considerados dias letivos, bem como

atividades externas aos campi, como saídas de campo ou atividades acadêmicas, bem como viagens de estudo que podem ter duração superior a um dia. Nestes casos, caberá à contratante organizar o deslocamento destes profissionais.

Na educação básica, os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, das 07:00h às 19h, de acordo com a demanda dos estudantes, respeitado o horário de trabalho do posto de trabalho.

Todos os profissionais alocados para a prestação dos serviços à Contratante deverão ceder o uso de sua imagem e/ou voz em favor da Contratante, quando estes resultarem do cumprimento das atividades previstas na execução do contrato, sem ônus para a Contratante.

A empresa contratada deverá utilizar ponto eletrônico como instrumento de medição de frequência dos profissionais contratados.

A empresa contratada deverá ter um profissional preposto que deverá frequentar a UFSC uma vez por mês para alinhamento e diálogo com fiscais e gestores de contrato.

#### O Serviço de Guia-Interpretação de Libras para atendimento de pessoa surdo-cega compreenderá:

- a. Realização da guia-interpretação, para o sujeito surdo-cego, de um idioma para outro (Português para Libras - interlingual) ou entre mesmas línguas (Libras para Libras intralingual), de exposições, discursos, debates, textos diversos e formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes;
- b. Descrição imagética, ou mesmo visual, de situações e ambientes do contexto de comunicação em que se está inserido;
- c. recomendar e orientar os docentes e técnicos administrativos quanto às especificidades da pessoa surdocega e dos recursos necessários à sua promoção de acessibilidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d. Auxílio à pessoa surda-cega no seu deslocamento espacial e nas suas atividades, promovendo o acesso à informação e inclusão nos contextos de interação com outros sujeitos;
- e. Os serviços serão executados nas dependências dos Campi Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville da UFSC. Poderá haver atividades externas aos campi, desde que previstas como saídas de campo ou atividades acadêmicas.

#### O Serviço de profissional de apoio escolar (cuidador) compreenderá:

- a. Prestar auxílio individualizado nas atividades de alimentação, higiene e locomoção de estudantes que não as realizam com independência;
- b. Colaborar para que o estudante participe das atividades escolares ou acadêmicas nas quais necessitar de apoio, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- c. Na educação superior, realizar deslocamento nas mediações do campus auxiliando na locomoção de pessoas cegas e seu cão-guia (quando for o caso), cadeirantes ou com mobilidade reduzida (o deslocamento poderá ocorrer entre espaços nos centros de ensino, entre centro de ensino e setores institucionais nos quais o estudante precisa ir, e acompanhar o estudante até os pontos de ônibus próximo ao campus ou meio de transporte utilizado pelo estudante, aguardando e auxiliando até o seu embarque);
- d. Na educação básica, acompanhar o estudante público alvo da educação especial nos momentos de entrada, saída, recreio e deslocamentos internos;
- e. Prestar auxílio no deslocamento e na locomoção de pessoas cegas e seu cão-guia (quando for o caso), cadeirantes ou com mobilidade reduzida em atividades escolares ou acadêmicas fora da instituição (saídas de campo, visitas à instituições, viagens de estudo, passeios, olimpíadas);
- f. Executar, com segurança (e, quando necessário, sob orientação) as manobras posturais de transferência e de locomoção dos estudantes com mobilidade reduzida;
- g. Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa, dentro ou fora da sala de aula nas dependências do Colégio de Aplicação (educação básica) e do Campus (educação superior);
- h. Prestar auxílio na higiene pessoal (transferência da cadeira de rodas para o vaso sanitário e vice-versa, auxílio na realização da higiene íntima e higiene bucal e das mãos, na troca de roupas e, ainda, na higiene de pessoas com colostomia, caso necessário);
- i. Prestar auxílio na guarda dos pertences pessoais das pessoas e realizar a manutenção dos equipamentos e utensílios habitualmente utilizados para sua alimentação e higiene;
- j. Prestar auxílio na alimentação (na educação básica, o auxílio se dará durante o recreio escolar; e na educação superior o auxílio se dará no Restaurante Universitário);
- k. Quando necessário, realizar administração de medicação (somente por via oral) em demandas da educação superior, mediante prescrição médica;
- l. Prestar auxílio para a retirada e guarda de materiais escolares dos estudantes na sala de aula e demais atividades acadêmicas realizadas por ele;

- m. Observar e relatar aspectos do cotidiano escolar ou acadêmico, que possam contribuir com a acessibilidade e inclusão no processo pedagógico dos estudantes;
- n. Na educação básica, contribuir com o cuidado de estudantes que, por sobrecarga sensorial ou desregulações, necessite se ausentar parcialmente da sala de aula de comum;
- o. Na educação superior, acompanhar estudantes com deficiência que necessitam realizar avaliações em local separado e/ou com tempo adicional, durante a avaliação (estar presente na sala durante a realização da avaliação para realizar eventual apoio, sem caráter pedagógico ou de conteúdo acadêmico).
- p. Prestar auxílio na identificação das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência.
- q. Auxiliar no desenvolvimento da autonomia pessoal e social do estudante;
- r. Promover a interação do estudante com colegas, professores e outros profissionais, promovendo a inclusão.
- s. Outras atividades inerentes ao cargo de cuidador que vierem a ser necessárias.
- t. O profissional de apoio escolar, na educação básica, deve atuar de forma articulada com docentes de Educação Especial, docentes de outras disciplinas e equipe pedagógica, em consonância com o PDI dos estudantes.
- u. Cabe ressaltar que NÃO são atribuições desse profissional: desenvolver atividades pedagógicas diferenciadas ou substituir o professor na mediação de conteúdos curriculares; realizar funções técnicas ou procedimentos que sejam de responsabilidade de profissionais legalmente regulamentados (ex: enfermeiros, terapeutas, professores); assumir a responsabilidade pelo ensino do estudante público-alvo da educação especial.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição da carga horária dos postos baseou-se na Lei 14707/2023 para os postos de trabalho de intérpretes de Libras e guias intérpretes e na dinâmica do trabalho no âmbito acadêmico e escolar para os postos de trabalho de profissional de apoio escolar (cuidador) e cuidador para atendimento a servidores com deficiência.

A estimativa do quantitativo de postos foi definida conforme segue:

### a. Para o serviço de tradução e interpretação e guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa

Em relação ao Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa, alguns setores que identificaram demandas serão atendidos por uma equipe de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa que estarão vinculados à PROAFE, o quantitativo considerou as demandas e quantidades de estudantes e servidores apresentadas nos anexos técnicos deste Estudo Técnico Preliminar-ETP.

O cálculo realizado para definir o quantitativo foi o seguinte:

- Campus Florianópolis: 30 (PROAFE - 22 + 8 (para atendimento às demandas da SECARTE e PRAE ), 8 (CCE): 38 profissionais
- Campus Araranguá: 08 profissionais
- Campus Blumenau: 08 profissionais
- Campus Curitiba: 08 profissionais
- Campus Joinville: 08 profissionais

Referente aos campi, definiu-se este quantitativo, considerando as possíveis demandas que poderão surgir e as indicadas nos anexos técnicos deste estudo técnico preliminar-ETP .

Em relação aos guias intérpretes, considerando que não há demanda imediata, optou-se pelos seguintes quantitativos:

- Campus Florianópolis: 06 profissionais
- Campus Araranguá: 4 profissionais
- Campus Blumenau: 4 profissionais

- Campus Curitiba: 4 profissionais
- Campus Joinville: 4 profissionais

b) **Para serviço de profissionais de apoio escolar (cuidadores)**

Em relação à educação básica, nos últimos anos, o Colégio de Aplicação-CA e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil têm encarado substancial aumento de suas demandas com atendimento ao público-alvo da Educação Especial. Para conhecimento, embora a Ação Civil Pública no 2001.72.00.001291-8 tenha estabelecido a reserva de 5% das vagas em todas as séries e anos a alunos com deficiência no CA, atualmente o número em muito excede essa proporção: para o CA, dos 901 estudantes atendidos em 2024, 116 são Público Alvo da Educação Especial (PAEE) (12,87%); para o NDI, de 200, 19 têm diagnóstico confirmado; em ambos os casos, há, ainda, outros estudantes em processo de investigação. Conforme dados repassados pela equipe do CA, em 2025, tem-se 81 estudantes PAEE no ensino fundamental e 29 no ensino médio, conforme anexo técnico deste Estudo Técnico Preliminar.

Para o atendimento a estes estudantes, o CA conta com seis pedagogas e dezesseis professoras de Educação Especial para atendimento direto a esse público, o que tem se mostrado insuficiente para todas as demandas que têm se apresentado, em sala de aula e fora dela. Além disso, atuam na escola estagiários de promoção da acessibilidade, cujo número variou ao longo dos anos de acordo com o entendimento do DIP/PROGRAD e cuja função é eminentemente formativa, e não a de substituição de mão-de-obra. Portanto, percebe-se que há uma lacuna de profissionais devidamente habilitados para o apoio e o atendimento às crianças e adolescentes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, em suas necessidades educacionais e de cuidado.

Além disso, recentemente, através da Recomendação no 175/2024, recebida pela PROGRAD em 5 de julho de 2024, o Ministério Público Federal recomendou que a UFSC “realize levantamento da necessidade de contratação de profissionais de apoio escolar necessários para atendimento ao público-alvo da Educação Especial do Colégio de Aplicação da UFSC, assim como efetive a respectiva contratação dos referidos profissionais de apoio.

Assim, diante da demanda apresentada, definiu-se os seguintes quantitativos:

Em relação aos profissionais de apoio escolar (cuidador):

- Campus Florianópolis: 12 (educação básica)

Na educação básica, há a previsão de uma viagem de estudo com duração de três a cinco dias para o nono ano do ensino fundamental e uma de um dia para o 1º ano do ensino médio. Portanto, a previsão é de cinco diárias e uma meia diária.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 13.315.642,16

Para a definição dos valores unitários de referência procedeu-se da seguinte forma:

a. **Para os postos de tradução e interpretação e guia interpretação em Libras/Língua Portuguesa:**

A definição do valor unitário do posto baseou-se no preenchimento da planilha de custos com base na CCT SEAC /SC 0014 /2025, conforme anexos técnicos.

Sabe-se que os postos de tradução e interpretação e guia-intérprete não possuem Convenção Coletiva de Trabalho-CCT própria, tampouco são contemplados na CCT SEAC /SC.

Considerando:

1. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) prevê que os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devam possuir formação em nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
2. Em conformidade com a experiência na elaboração e execução dos processos licitatórios e contratuais da UFSC observou-se que não há, no mercado local, oferta suficiente de profissionais com nível superior em nível local.
3. A demanda necessita de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria

Optou-se por realizar pesquisa de mercado para definição do salário base destes postos uma vez que demandam habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria e que há escassez de mão de obra qualificada no mercado. Tal opção vai ao encontro do entendimento jurídico apresentado no Parecer 00102/2023/NLICIT/PFUFSC/PGF/AGU, NUP 23080.028838/2023-15.

Assim, para a definição do salário base do posto de tradução e interpretação, procedeu-se conforme segue:

Primeiramente, verificou-se que:

- No PCCTAE, o vencimento básico de nível D, médio, é R\$3.029,90 e nível E, superior, é de R\$ 4.967,04.
- O Contrato 18/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 205 /UFSC/2023, está vigente e teve duas repactuações, sendo o salário base atual R\$4.705,49 e o valor do posto R\$10.015,51.
- Em pesquisa no Pannel de Preços com descrição do item como tradução/interpretação simultânea/consecutiva no âmbito da região sul do Brasil, encontrou-se os seguintes pregões:
- Pregão 90749/2024, da UNIOESTE - contratação de intérprete 20h/semanais. No entanto, não encontrou-se o ETP ou planilha de custos.
- Pregão 90025/2024, da UFPEL - contratação por hora.
- Pregão 90005/2025, da UTFPR - contratação de intérprete 20h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor da tabela de honorários da FEBRAPILS.
- Pregão 90009/2024, da UTFPR - contratação de intérprete 20h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor da tabela de honorários da FEBRAPILS.
- Pregão 90007/2024, da UTFPR - contratação de intérprete 20h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor da tabela de honorários da FEBRAPILS.
- Pregão 90391/2024, da UFRGS - contratação de intérprete 30h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o resultado de pesquisa de mercado no valor de R\$3465,17.
- Pregão 90005/2025, da UTFPR Campus Ponta Grossa - contratação de intérprete 20h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor da tabela de honorários da FEBRAPILS.
- Pregão 90058/2024, da UFJF - - contratação de intérprete 30h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o resultado de pesquisa de mercado no valor de R\$3725,58.
- Pregão 90027/2025, do IFPR - - contratação de intérprete 30h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor de R\$3931,36.
- Pregão 90026/2024, do IFNMG - Campus Almenara - contratação de intérprete 30h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor de R\$3350,52.
- Pregão 90002/2025, da UNIFESP - contratação de intérprete 30h/semanais. Usou-se como referência para o salário base o valor da tabela de honorários da FEBRAPILS.
- Em pesquisa de mercado realizada, foi feito contato com as seguintes instituições educacionais, por e-mail: UNIVALI, FURB, UNOCHAPECÓ, UNESC, UNIVILLE, UNIPLAC e UDESC, questionando o valor do salário base pago aos profissionais tradutores e intérpretes de Libras /Língua Portuguesa, guias intérpretes e cuidadores, caso tenham estes profissionais contratados. Recebemos o retorno da UNOCHAPECÓ, UDESC, FURB.
- A UNOCHAPECÓ informa que realiza a contratação por hora de intérpretes e cuidadores. Os documentos enviados pela UDESC (PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 1786/2024) também prevê a contratação por hora de intérpretes. No caso dos cuidadores, o processo é de 2023, portanto, não foi considerado nesta análise.
- Também solicitou-se, como pesquisa de mercado acerca do salário base dos intérpretes e guias intérpretes, e-mail às empresas e instituições listadas a baixo, das quais : recebemos retorno da Inclua (informando que não atua neste regime de contratação e, portanto, não conseguimos contribuir); da ACATILS e da Serviir.
  - Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes Ltda, CNPJ 10.439.655/0001-14, endereço postal ou eletrônico: phenix.solucoes@gmail.com
  - INCLUA Ltda, CNPJ 39.826.388/0001-10, endereço postal ou eletrônico: contato@inclualibras.com.br e telefone: (48) 996993923
  - Serviir – Serviços de Tradução, Interpretação e Tecnologia Ltda, CNPJ 35.479.406/0001-83, endereço postal ou eletrônico: administracao@serviir.com.br e telefone (11) 34763172
  - TRADUZ LIBRAS LTDA, CNPJ 33.079.439/0001-00, endereço postal ou eletrônico: contato@traduzlibras.com.br e telefone (48) 991629558
  - Empresa de Tradução e Interpretação de Libras - Interpres, CNPJ 33.154.265/0001-01, endereço postal ou eletrônico: contato@interpretesdelibras.com.br -ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TRADUTORES E INTERPRETE DE -LÍNGUAS DE SINAIS - ACATILS, CNPJ: 11.621.985/0001- 99, endereço postal ou eletrônico: falecom@acatils.org.br

Após realizadas estas verificações, calculou-se a média do valor do Pregão 90391/2024 (UFRGS), do Pregão 90027/2025 (IFPR), do Contrato 18/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 205 /UFSC/2023,SERVIIR e ACATILS, conforme tabela a baixo:

Intérprete - 30h	
Referência	Valor
UFRGS - Pregão 90391/2024	R\$ 3465,17
IFPR - Pregão 90027/2025	R\$ 3931,36
UFSC - Contrato 18/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 205/UFSC/2023	R\$ 4705,49
SERVIIR - Pesquisa de mercado	R\$ 4960,00
ACATILS - Pesquisa de mercado	R\$ 5040,00
Média	R\$ 4.420,40

Já, para a definição do salário base do posto guia-intérprete, procedeu-se conforme segue:

Primeiramente, se verificou o seguinte:

- Foi realizada pesquisa que identificou os seguintes pregões:
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2024, do IFSP, contratação de guia intérprete 40h/semanais, com piso salarial médio de R\$5.095,01.
- Pregão Eletrônico nº 90004/2024, da UFOB, contratação de guia intérprete 30h/semanais, com piso salarial médio de R\$3.748,74.
- Pregão Eletrônico nº 90002/2025, da UNIFESP, contratação de guia intérprete 30h/semanais, com piso salarial médio de R\$4860,00.

Também solicitou-se, como pesquisa de mercado acerca do salário base dos intérpretes e guias intérpretes, e-mail às empresas e instituições listadas a baixo, das quais : recebemos retorno da Inclua (informando que não atua neste regime de contratação e, portanto, não conseguem contribuir); da ACATILS e da Serviir.

-Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes Ltda, CNPJ 10.439.655/0001-14, endereço postal ou eletrônico: phenix.solucoes@gmail.com

-INCLUA Ltda, CNPJ 39.826.388/0001-10, endereço postal ou eletrônico: contato@includlibras.com.br e telefone: (48) 996993923

-Serviir – Serviços de Tradução, Interpretação e Tecnologia Ltda, CNPJ 35.479.406/0001-83, endereço postal ou eletrônico: administracao@serviir.com. br e telefone (11) 34763172

-TRADUZ LIBRAS LTDA, CNPJ 33.079.439/0001-00, endereço postal ou eletrônico: contato@traduzlibras.com.br e telefone (48) 991629558

-Empresa de Tradução e Interpretação de Libras - Interpres, CNPJ 33.154.265/0001-01, endereço postal ou eletrônico: contato@interpretesdelibras.com.br

-ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TRADUTORES E INTERPRETE DE -LÍNGUAS DE SINAIS - ACATILS, CNPJ: 11.621.985 /0001- 99, endereço postal ou eletrônico: falecom@acatils.org.br

Após realizadas estas verificações, calculou-se a média do valor do Pregão 90004/2024, Pregão 90002/2025, SERVIIR, ACATILS conforme tabela abaixo:

--



Guia Intérprete - 30h	
Referência	Valor
UFOB - Pregão 90004/2024	R\$ 4.103,58
UNIFESP - Pregão 90002/2025	R\$ 4.860,00
SERVIIR - Pesquisa de mercado	R\$ 5.840,00
ACATILS - Pesquisa de mercado	R\$5.040,00
Média	R\$ 4.960,89

b) Para os postos de profissionais de apoio escolar (cuidador) e serviço de cuidadores para atendimento a servidores com deficiência:

A definição do valor unitário do posto baseou-se no preenchimento da planilha de custos com base na CCT SEAC /SC 0014 /2025, conforme anexos técnicos.

Em relação aos valores de diária e meia diária para as viagens de estudo previstas na educação básica, considera-se que os valores de diária integral deverão corresponder ao percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária concedida no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, conforme coluna "Demais Deslocamentos" e linha "d) Demais cargos, empregos e funções" da tabela "Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País" do Anexo I do Decreto nº 5.992 de 19/12/2006, atualizado conforme Decreto nº 11.872, de 29/12 /2023. O valor da meia diária corresponde à 50% (cinquenta por cento) do valor da diária integral.

Assim tem-se como valor da diária e meia diária:

Item	Catser	Descrição	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	21849	Previsão anual de despesas com Diárias	unidade	R\$ 251,25	1.256,25
02	21849	Previsão anual de despesas com meia Diária	unidade	R\$125,62	R\$125,62

Sabe-se que os postos de tradução e interpretação e guia-intérprete não possuem Convenção Coletiva de Trabalho-CCT própria, tampouco são contemplados na CCT SEAC /SC.

Considerando que não se exige que profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, foi considerado como salário base aquele geral previsto na CCT SEAC /SC 0014 /2025.

Assim, foram obtidos os seguintes valores unitários conforme planilhas de custos constantes no anexos técnicos deste Estudo técnico Preliminar:

LOTE 1 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS FLORIANÓPOLIS							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	456	11.234,90	5.123.114,40

2	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	72	12.062,93	868.530,96
Total							5.991.645,36

LOTE 2 - SERVIÇO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADORES) E CUIDADORES - CAMPUS FLORIANÓPOLIS							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
3	Serviço de profissional de apoio escolar (cuidador) para atividades de vida diária a estudantes com deficiência e mobilidade reduzida (CBO 5162-10) - 30h semanais	5162-10	23124	serviço	144	4.572,24	658.402,56
Item	Especificação	CATSER		Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual (R\$)
5	Previsão anual de despesas com Diárias	21849		unidade	1508	1,00	1.508,00
Total							659.910,56

LOTE 3 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS ARARANGUÁ							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
7	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.123,85	1.067.889,60
8	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.111,91	581.371,68
Total							1.649.261,28

LOTE 4 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS BLUMENAU							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
9	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.250,84	1.080.080,64

10	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.111,91	581.371,68
Total							1.661.452,32

LOTE 5 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS CURITIBANOS							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
11	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.513,25	1.105.272,00
12	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.394,40	594.931,20
Total							1.700.203,20

LOTE 6 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E GUIA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA - CAMPUS JOINVILLE							
Item	Especificação	CBO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (n. postos X 12 meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
13	Serviço de tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	96	11.198,87	1.075.091,52
14	Serviço de guia interpretação de Libras/Língua Portuguesa (CBO 2614-25) - 30h semanais	2614-25	12637	serviço	48	12.043,29	578.077,92
Total							1.653.169,44

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por se tratar de serviço voltado a uma Instituição multicampi e por prever diferentes serviços de promoção de acessibilidade, entendeu-se que a licitação deve ser realizada por lotes – e esses estarão subdivididos por sedes da UFSC (Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville) e por tipo de serviço (intérpretes e guias intérpretes / profissionais de apoio escolar).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes, mas a UFSC já realizou outras licitações tanto para a contratação de serviço de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa e guia interpretação, quanto para cuidadores, conforme Pregão 566/2018, 144/2020 e Pregão nº 00205/2023, respectivamente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Informa-se que, para esta licitação, gerou-se o Documento de Formalização da Demanda nº 1188/2025 no PGC 2025.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024) aponta como um dos valores institucionais: a inclusão, comprometendo-se com a democratização do acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade para todos, de forma a superar qualquer desigualdade, preconceito, exclusão ou discriminação. Ademais, assegura o reconhecimento pleno da diversidade e o respeito a toda e qualquer diferença e diversidade pessoal, acadêmica, étnica, cultural ou intercultural. Como uma das áreas transversais às áreas afins (ensino, pesquisa e extensão) da UFSC, tem-se a inclusão social e diversidade, que se preocupa com a permanência e êxito acadêmico. A garantia do direito linguístico às pessoas surdas e surdocegas, se coloca como elemento importante para a permanência e êxito acadêmico.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O principal benefício é a garantia das condições de acessibilidade aos estudantes com deficiência.

Enquanto benefícios, pode-se afirmar que a contratação de profissionais qualificados – para fornecer o apoio necessário aos estudantes com deficiência – vai ao encontro daquilo que é preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão. Além do respeito ao ordenamento jurídico, o resultado pretendido com a contratação desses profissionais (tradutores e intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa, guias intérpretes e profissionais de apoio escolar) culmina na permanência, com qualidade, do estudante com deficiência no ensino superior. E cumpre com o compromisso que a universidade assume com a sociedade – de oferecer ensino acessível e disponível a todos. A atuação dos tradutores e intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa e guias intérpretes garante também o direito linguístico às pessoas surdas e surdo cegas.

A atuação do profissional de apoio escolar, de modo geral, não ocorre de forma ininterrupta, logo, um profissional contratado para a carga horária mencionada poderá ser aproveitado para outras atuações – quando sua atuação não for requerida. Ou seja, o profissional de apoio escolar não estará atrelado a um único estudante, mas estará disponível para mediar diferentes ações voltadas aos mais variados estudantes.

A contratação do profissional de apoio escolar responde também à Recomendação 175 do MPF.

## 13. Providências a serem Adotadas

Enquanto providências a serem adotadas, é preciso garantir espaço adequado para a atuação, permanência e guarda de pertences destes profissionais.

Ademais, no caso dos tradutores e intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa e guias intérpretes é necessário a disponibilização de equipamentos adequados para o período de preparação e para a atividade de tradução.

Faz-se necessária, também, a capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Embora existam poucos impactos advindos dos serviços, é importante mencionar alguns relacionados aos próprios funcionários. Isso inclui a geração de resíduos pelos funcionários contratados, o consumo de energia e água por parte desses funcionários, bem como os resíduos gerados pelos serviços em si, como descarte de luvas ou de medicamentos. Portanto, é fundamental que os funcionários contratados estejam bem instruídos sobre os programas de educação ambiental da instituição. Com o objetivo de reduzir esses impactos negativos, serão incluídos critérios de sustentabilidade no Termo de Referência.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Em relação aos tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa e os guias intérpretes de Libras/Língua Portuguesa a contratação é viável, e necessária, uma vez que há no mercado empresas que prestam o serviço requerido pela UFSC e existe uma exigência legal para a garantia da acessibilidade e direito linguístico das pessoas surdas, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Em relação aos profissionais de apoio escolar, a contratação é viável, e necessária, uma vez que há no mercado empresas que prestam o serviço requerido pela UFSC e existe uma exigência legal, e, mais pontualmente, recomendações do Ministério Público Federal de Santa Catarina, de nº 54 /2019, que indica a contratação de profissionais de apoio, em número suficiente e qualificações específicas, a fim de atender às necessidades de acessibilidade dos alunos com deficiência matriculados na UFSC e em especial de uma estudante de graduação em Antropologia; e nº 175/2024, que recomenda a realização de levantamento da necessidade de contratação de profissionais de apoio escolar necessários para atendimento ao público-alvo da Educação Especial do Colégio de Aplicação da UFSC, assim como efetive a respectiva contratação dos referidos profissionais de apoio.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente  
**Tatiane Bevilacqua**  
Data: 17/04/2026 12:26:04-0300  
CPF: \*\*\*.247.599-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**TATIANE BEVILACQUA**  
Equipe Planejamento



Documento assinado digitalmente  
**Andreia Michele Dannenhauer**  
Data: 17/04/2026 13:55:51-0300  
CPF: \*\*\*.189.579-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**ANDREIA MICHELE DANNENHAUER**

Equipe de Planejamento

**MARILISE LUIZA MARTINS DOS REIS SAYAO**

Equipe de Planejamento

**CLAUDIA MILANEZI VIEIRA**

Equipe de Planejamento

**BIANCA COSTA SILVA DE SOUZA**

Equipe de apoio

**LAIS DOS SANTOS DI BENEDETTO FRASCA**

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente  
**ELIETE SANTIN STAUB**  
Data: 22/04/2026 12:20:33-0300  
CPF: \*\*\*.637.819-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**ELIETE SANTIN STAUB**

Planejamento

**DAIELI ALTHAUS**

Planejamento

**LETICIA CUNHA DA SILVA**

Planejamento

## **ANEXO III**

### **PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

As Planilhas de Custos referência, preenchidas pela Administração, serão disponibilizadas na íntegra, em arquivo digital, na página **[www.licitacoes.ufsc.br](http://www.licitacoes.ufsc.br)**.



## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Pregão Eletrônico: XXX/20XX

Processo: XXXXX.XXXXXX/20XX-XX

Objeto: (descrever o objeto da licitação)

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que:

- ( ) Foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo tomado conhecimento de todas as características do local, inclusive das possíveis peculiaridades que possam onerar a proposta comercial, bem como a empresa, na execução do contrato.
- ( ) Não foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo assumido a responsabilidade por qualquer fato ou prejuízo que possam ocorrer em virtude do desconhecimento do local.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

(assinatura)

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

**OBSERVAÇÃO:** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.

## ANEXO V

### RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

#### DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

À Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Concorrência: XXX/20XX

Processo: XXXXX.XXXXXX/20XX-XX

Objeto: (descrever o objeto da licitação)

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO que a empresa possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa*	Endereço	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato** (R\$)
Valor Total dos Compromissos Assumidos			R\$ XXXXX

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

(assinatura)

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

#### OBSERVAÇÕES:

\*Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

\*\*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Pró-Reitoria de Administração - PROAD  
Departamento de Contratos - DPC  
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2, sala 802  
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400  
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82  
Sítio: <https://contratos.ufsc.br/>

Processo Administrativo nº **23080.018429/2025-72**

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

A Universidade Federal de Santa Catarina, autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.899.526/0001-82, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) do Departamento de Contratos, **Sra. Ana Paula Peres da Silva**, nomeado(a) pela Portaria nº **1142/2022/GR, de 6 de julho de 2022**, publicada no DOU de **12 de julho de 2022**, portador(a) da Matrícula Funcional nº **1973173**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **XXX/20XX**, publicada no **XXXX de ...../...../202.....**, processo administrativo n.º **23080.018429/2025-72**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para a eventual contratação de serviços de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa; serviços de guia-intérpretes e serviços de profissional de Apoio escolar**, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo do edital de licitação nº **xxxx/xxxx**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [ <a href="#">razão social</a> , <a href="#">CNPJ/MF</a> , <a href="#">endereço</a> , <a href="#">contatos</a> , <a href="#">representante</a> ]							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL (n. postos X 12 meses)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE XX						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Santa Catarina.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no subitem 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e em seus anexos.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos

participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL (n. postos X 12 meses)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE XX							

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL (n. postos X 12 meses)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE XX							

MODELO DE TERMO DE CONTRATO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Pró-Reitoria de Administração  
Departamento de Contratos  
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2  
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400  
Site: www.dpc.ufsc.br

(Processo Administrativo nº 23080.018429/2025-72)

CONTRATO Nº XXX/XXXX, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA E A EMPRESA XXXXX.

A Universidade Federal de Santa Catarina, autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo(a) Pró-Reitor(a) de Administração, Sr(a). XXXXX, matrícula funcional XXXXXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXX, de XX de XXXX de XXXX, publicada no DOU de XX de XXXX de XXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, [função no contratado] conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos serviços de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa, serviços de guias-intérpretes e serviços de profissional de apoio escolar, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina, nas condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE XX – CAMPUS XXXXXXXX							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL (n. postos X 12 meses)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE XX – CAMPUS XXXXXXXX							

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.1.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.1.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.4.** A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, constitui fator impeditivo para a celebração deste Termo de Contrato e respectivos aditamentos.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação;
- 2.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

**2.3.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação

**2.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**2.7.** Sujeitando-se o contratado ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**3.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**3.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**3.4.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**3.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do CONTRATADO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**3.6.** Os gestores e fiscais de contratos deverão observar ainda as regras previstas em portaria normativa própria da contratante que verse sobre a gestão e fiscalização de contratos terceirizados.

### **Preposto**

**3.7.** O CONTRATADO designará formalmente o preposto da empresa, em até 24 horas antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e os deveres em relação à execução do objeto contratado, conforme modelo apresentado no apêndice I deste Termo de Contrato.

**3.8.** O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o CONTRATADO designará outro para o exercício da atividade.

**3.9.** O CONTRATADO deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representar o CONTRATADO na execução do contrato.

**3.10.** O preposto não poderá ser um dos funcionários ocupantes dos postos do contrato.

**3.11.** O preposto deverá estar disponível para contato por e-mail e por aplicativo de mensagens (se houver) durante a prestação de serviço.

**3.12.** O preposto deverá realizar visita mensal, e sempre que houver necessidade ou for convocado pela Contratante, nos locais de prestação de serviço.

**3.13.** O preposto deverá responder às comunicações da Contratante por meio de sistema próprio por ela disponibilizado, quando houver, e pelos demais meios por ela indicados, no prazo por esta estipulado.

### **Rotinas de Fiscalização**

**3.14.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

**3.15.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**3.16.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**3.17.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**3.18.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**3.19.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**3.20.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**3.21.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios

redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**3.22.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**3.23.** Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

**3.24.** O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

**3.25.** O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

**3.26.** Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

**3.27.** O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

**3.28.** Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

**3.29.** Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

**3.30.** O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

**3.31.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

**3.31.1.** se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

**3.31.2.** se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

**3.31.3.** se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

**3.31.4.** se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

**3.32.** Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

**3.32.1.** O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

**3.32.2.** O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

**3.32.3.** O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

**3.32.4.** Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

**3.33.** Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

**3.34.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

**3.34.1.** se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

**3.34.2.** se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

**3.35.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**3.36.** A fiscalização técnica deve avaliar a execução dos serviços constantemente com a utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo constante nos apêndices do Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**3.37.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao CONTRATADO a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**3.38.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do CONTRATADO a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**3.39.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**3.40.** O CONTRATADO poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**3.41.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deverá ser autuado processo administrativo para apuração das irregularidades contratuais e aplicadas as sanções ao CONTRATADO de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**3.42.** É vedada a atribuição ao CONTRATADO da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

**3.43.** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**3.44.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.

### **Fiscalização Administrativa**

**3.45.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**3.46.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



**3.47.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**3.48.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

**3.48.1.** No primeiro mês da prestação dos serviços, o CONTRATADO deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo CONTRATADO;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados do CONTRATADO que prestarão os serviços;
- d) Demais comprovações e habilitações específicas exigidas em contrato ou edital, tais como comprovantes de escolaridade, de cursos específicos, certificações, entre outros;
- e) Recibos de entrega de uniformes, crachás e EPIs, contendo a descrição dos materiais e a quantidade, devidamente datados e assinados pelos trabalhadores;
- f) Declaração de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, conforme modelo previsto no apêndice II do contrato.

**3.48.1.1.** Sempre que houver admissão de novos empregados pelo CONTRATADO, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

**3.48.2.** Entrega até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**3.48.3.** Entrega, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

**3.48.3.1.** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

**3.48.3.2.** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

**3.48.3.3.** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e cópia de recibos de depósitos bancários;

**3.48.3.4.** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo

Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

**3.48.3.5.** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

**3.48.3.6.** Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

**3.48.3.7.** Aviso de férias e cópia de recibos de depósitos bancários referentes às férias.

**3.48.4.** Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 15 dias a partir da data de rescisão do contrato de trabalho dos funcionários desligado:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais, com recibos de quitação.
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados;
- e) Cópia de recibos de depósitos bancários referentes à rescisão.

**3.48.4.1.** Sempre que houver demissão de empregados pelo CONTRATADO, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

**3.48.5.** A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 3.46 no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**3.48.6.** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o CONTRATADO deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

**3.48.6.1.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

**3.48.6.2.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**3.48.6.3.** Não haverá pagamento adicional pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

**3.48.7.** No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**3.48.8.** Os documentos originais necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas deverão ser entregues preferencialmente em formato digital, com assinaturas digitais e/ou certificações digitais íntegras, quando houver.

**3.48.8.1.** Em caso de entrega da documentação no formato físico, poderão ser apresentados em formato original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**3.48.9.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**3.48.10.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.

**3.48.11.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**3.48.12.** A Administração contratante poderá conceder um prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

**3.48.13.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato ao CONTRATADO e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**3.48.14.** Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**3.48.15.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

**3.48.16.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

**3.48.17.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**3.48.18.** O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**3.48.19.** A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**3.48.20.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**3.48.21.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

**3.48.22.** A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

**3.48.22.1.** diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

**3.48.22.2.** necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

**3.48.23.** As compensações de jornada limitam-se:

**3.48.23.1.** à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

**3.48.23.2.** ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

**3.48.24.** A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

**3.48.25.** A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a

previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

**3.48.26.** A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

**3.48.27.** A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

**3.48.28.** O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

**3.48.29.** O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

**3.48.30.** A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

**3.48.30.1.** até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

**3.48.30.2.** em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**3.48.31.** O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

**3.48.32.** Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## **Gestor do Contrato**

**3.49.** Cabe ao gestor do contrato:

**3.49.1.** Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**3.49.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**3.49.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**3.49.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**3.49.5.** Tomar providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**3.49.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**3.49.7.** Enviar a documentação pertinente à fase de liquidação e pagamento ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da nota fiscal emitida pelo CONTRATADO confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

**3.49.8.** Receber e dar encaminhamento imediato:

**3.49.8.1.** às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

**3.49.8.2.** à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

**3.50.** Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão.

**3.51.** O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ **XXXX (valor por extenso)**.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

##### **Do recebimento**

**6.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no **prazo de 10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**6.1.1.** O prazo da disposição acima será contado da conclusão das análises da fiscalização quanto ao cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo a que se referem a parcela a ser paga.

**6.2.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

- 6.3.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 6.4.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 6.5.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 6.5.1.** O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 6.5.2.** O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês de competência dos serviços, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.5.2.1.** No caso da comprovação de recolhimento previdenciário e FGTS, poderá ser verificada a realização dos dispêndios do mês anterior ao da competência dos serviços, em razão do prazo de vencimento desses pagamentos.
- 6.6.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 6.7.** O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.8.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.9.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.10.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no **prazo de 20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, pelo gestor designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 6.11.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 6.11.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 6.11.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 6.11.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 6.11.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

**6.11.5.1.** O pagamento ficará condicionado à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato, conforme previsto no inciso II, §3º, artigo 121, lei nº 14.133/2021.

**6.12.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.13.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**6.14.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Da Liquidação**

**6.15.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**6.16.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.17.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**6.17.1.** o prazo de validade;

**6.17.2.** a data da emissão;

**6.17.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**6.17.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**6.17.5.** o valor a pagar; e

**6.17.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.18.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**6.19.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.20.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.21.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**6.21.1.** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**6.22.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.23.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**6.24.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Do Prazo de pagamento**

**6.25.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**6.26.** No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

#### **Da Forma de pagamento**

**6.27.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

**6.28.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.29.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.29.1.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.30.** O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Da Cessão de crédito**

**6.31.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

**6.31.1.** A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**6.31.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**6.31.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADO) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**6.31.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

**6.32.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Da Conta-Depósito Vinculada**



**6.33.** Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Contrato.

**6.34.** Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do CONTRATADO.

**6.35.** O futuro CONTRATADO deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**6.36.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

**6.37.** O CONTRATADO autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**6.38.** O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

**6.38.1.** 13º (décimo terceiro) salário;

**6.38.2.** Férias e um terço constitucional de férias;

**6.38.3.** Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

**6.38.4.** Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**6.39.** Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**6.40.** O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

**6.41.** Os valores referentes às provisões mencionadas neste contrato que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

**6.42.** O CONTRATADO poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

**6.43.** Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

**6.44.** A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

**6.45.** O CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**6.46.** O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO**

**7.1.** Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

**7.2.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b.** Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

**7.3.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**7.3.1.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

**7.4.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**7.5.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

**7.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**7.7.** Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**7.8.** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o CONTRATADO efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**7.8.1.** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**7.8.2.** Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

**7.8.3.** A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

**7.8.4.** A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

**7.8.5.** Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

**7.8.6.** A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

**7.9.** Quando a repactuação solicitada pelo CONTRATADO se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA-IBGE** com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^{\circ}$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**7.10.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**7.11.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.12.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.13.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

**7.14.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**7.15.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**7.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

**7.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**7.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**7.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**7.20.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**7.21.** O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória completa da variação dos custos a serem repactuados.

**7.21.1.** O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto o CONTRATADO não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

**7.22.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**7.23.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.24.** O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

**7.24.1.** Caso o CONTRATADO esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

**7.25.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo CONTRATADO a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

**7.25.1.** A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8.** Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

**8.1.8.1.** Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

**8.1.8.2.** Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

**8.1.8.3.** Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

**8.1.8.4.** Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

**8.1.8.5.** Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

**8.1.8.6.** Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

**8.1.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.10.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**8.1.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.1.13.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**9.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**9.5.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**9.5.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**9.5.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

**9.5.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**9.5.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

**9.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**9.8.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.9.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

**9.11.** A reserva de vaga a pessoas presas ou egressas do sistema prisional não será aplicada nesta licitação, por ser incompatível com o seu objeto.

**9.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

**9.13.** O empregado alocado na execução do serviço deverá possuir certidão negativa de antecedentes criminais.

**9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

**9.17.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

**9.18.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

**9.19.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.

**9.20.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.21.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**9.22.** Cumprir as normas de proteção do trabalho, inclusive àquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

**9.23.** Não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

**9.24.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.

**9.25.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

**9.26.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

**9.27.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

**9.27.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**9.28.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.29.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

**9.29.1.** Os esclarecimentos, documentos ou informações solicitadas nas comunicações da CONTRATANTE deverão ser apresentados no prazo estipulado nas referidas solicitações, evitando comunicações protelatórias.

**9.30.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.31.** Assegurar, aos seus trabalhadores, ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

**9.32.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.

**9.33.** Promover e fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) que se fizerem necessários para a execução do serviço.

**9.33.1.** Todo o EPI deve ser entregue ao empregado em perfeito estado de conservação, sem repassar quaisquer custos a este.

**9.33.2.** Todo o EPI fornecido deve ter Certificado de Aprovação, expedido por órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, conforme a Norma Regulamentadora ME nº 6, de 8 de junho de 1978.

**9.33.3.** O EPI deve ser substituído sempre que estiver danificado, fora da validade, sem suas características de proteção, quando não couber ou não estiver confortável para o empregado ou quando a Contratante entender ser adequada a sua substituição.

**9.34.** Preservar a integridade física dos trabalhadores e de terceiros, por meio de equipamentos de proteção coletiva (EPCs).

**9.35.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.36.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

**9.37.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

**9.37.1.** Respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais cometendo qualquer natureza de assédio ou propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual, idade, características físicas ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

**9.38.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**9.39.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

**9.40.** Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

**9.41.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

**9.42.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.

**9.43.** Realizar a glosa dos valores referentes ao vale-transporte daqueles funcionários que expressamente optarem por não receber o benefício.

**9.43.1.** Os descontos deverão ser sobre suas rubricas e seus reflexos na planilha de custos.

**9.44.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

**9.45.** Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**9.45.1.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria CONTRATANTE, a exemplo da falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento, então os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

**9.45.2.** Visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, a CONTRATADA autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões perante o FGTS e Seguridade Social, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada específica, doravante



denominada conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo VII-B, XII e XII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e suas alterações.

**9.45.3.** Eventual saldo existente na conta-depósito vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**9.46.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

**9.47.** Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

**9.48.** Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral.

**9.49.** Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso.

**9.50.** Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações.

**9.51.** Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos.

**9.52.** Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação.

**9.53.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção.

**9.54.** Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

**9.55.** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento.

**9.56.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

**9.56.1.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**9.56.2.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**9.56.3.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

**9.57.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**9.57.1.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos

da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal.

**9.57.2.** Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

**9.58.** Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica.

**9.58.1.** As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

**9.58.2.** Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

**9.58.3.** Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

**9.58.4.** Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

**9.58.5.** O percentual de mão de obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.55.3.

**9.58.6.** O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

**9.59.** Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

**9.60.** A CONTRATADA deve se responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas, os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com esses, ainda que verificados nas dependências da Contratante.

**9.60.1.** Comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, conforme previsão no art. 22 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**9.61.** Encaminhar mensalmente ou sempre que solicitado, planilha contendo informações dos trabalhadores terceirizados alocados no contrato, cujo preenchimento deve seguir as orientações da CONTRATANTE, de forma a atender à exigência da CGU (Controladoria Geral da União) de envio dessas informações.

**9.62.** A CONTRATADA deverá apresentar a documentação trabalhista solicitada pela CONTRATANTE em duas vias, uma original e outra com dados pessoais/sensíveis ocultados, sempre que houver dados pessoais e/ou sensíveis dos trabalhadores, como CPF, endereços, nomes de familiares, estado de saúde, entre outros, de modo a garantir os princípios de privacidade da LGPD (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) e manter a transparência dos processos de fiscalização dos contratos.

**9.63.** Sujeitar-se à retenção da garantia contratual e dos valores das notas fiscais ou faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, até a comprovação (i) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (ii) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 65 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

**9.64.** Apresentar, em **até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato**, o Programa de Gerenciamento de Riscos e o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) vigentes.

**9.64.1.** A documentação do item 9.61 deverá ser atualizada e enviada para o gestor do contrato sempre que for necessário.

**9.65.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

**9.66.** Acatar a aplicação de glosa em nota fiscal, indicada pela CONTRATANTE, dos custos de vale-alimentação e de vale-transporte referente aos dias não trabalhados em razão de fechamento de determinado setor, situações em que não há a opção de escolha por parte dos trabalhadores entre laborar ou não, como as hipóteses de recesso escolar, ponto facultativo, interrupções programadas de energia elétrica ou água, entre outras.

**9.67.** O valor da glosa por dia de ausência sem substituição de 1 (um) funcionário seguirá as seguintes regras:

**9.67.1.** O valor glosado por dia (VG) será o valor do posto de trabalho (VP) dividido pelos dias úteis do mês em que a falta ocorreu (D).

**9.67.2.** Os dias úteis serão considerados de acordo com a previsão contratual (Ex.: Para jornadas de segunda a sexta serão considerados, para efeito de cálculo de dias úteis do mês, apenas os dias compreendidos de segunda a sexta).

**a) Exemplo:**

a.1) Fórmula:  $VG = VP/D$ .

a.2) Valor do posto de trabalho (VP) = R\$ 4.400,00.

a.3) Mês de referência = Maio/2026 – 20 dias úteis (D).

a.4)  $R\$ 4.000,00/20 = R\$ 200,00$  valor glosado por dia (VG)

**9.67.3.** O valor glosado por horas parciais (HP) será o valor glosado por dia (VG) dividido pelo número total de horas da jornada de trabalho (JT) do dia em que a ausência parcial ocorreu.

**a) Exemplo:**

a.1) Fórmula:  $HP = VG / JT$

a.2)  $HP = 200,00 / 8$  horas diárias

a.3)  $HP = R\$ 25,00$  glosado por hora

**9.68.** Providenciar, quando for necessário, por intermédio de profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, perícia que comprove a incidência de insalubridade (atestando o grau da mesma – máximo, médio ou mínimo) ou periculosidade, bem como se a atividade apontada como insalubre ou perigosa consta nas relações das NR-15 e 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**9.68.1.** O pagamento do adicional de insalubridade fica condicionado à:

**9.68.1.1.** Realização da perícia;

**9.68.1.2.** Entrega do laudo pericial;

**9.68.1.3.** Validação do laudo pelo setor competente da CONTRATANTE.

**9.68.2.** Se constatada a incidência do adicional, fica a CONTRATADA obrigada a pagá-lo aos empregados envolvidos na prestação dos serviços objeto desta contratação que tenham direito à percepção do mesmo, desde o início de sua execução.

**9.69.** Considerar, como base de cálculo salarial para a concessão de adicional de insalubridade ou de periculosidade, o estabelecido na Convenção Coletiva da categoria profissional, ou, quando não definido na Convenção Coletiva da categoria profissional, os laudos periciais emitidos pela UFSC, quando houver.

**9.69.1.** A emissão de laudo pericial, de que trata o item acima, que não contemple alguma atividade insalubre a ser exercida pelos empregados da CONTRATADA, ou a falta deste laudo, deverá ser suprida por laudo pericial emitido por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, sem ônus à CONTRATANTE, conforme disposto no item abaixo.

**9.70.** Constatada a incidência de insalubridade em contratação anterior do mesmo objeto ou objeto similar e/ou local, ou quando houver indícios de condições insalubres, o laudo deverá ser providenciado pela CONTRATADA a pedido da gestão do contrato.

**9.70.1.** Neste caso, a não apresentação do laudo pericial dentro do prazo estipulado, de 60 (sessenta) dias a contar da data do pedido, ensejará sanções à CONTRATADA pelo descumprimento parcial do contrato.

**9.71.** A CONTRATADA terá direito, **retroativamente**, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, se, e somente se, o laudo pericial for entregue no prazo de até **60 (sessenta) dias após o início da execução dos serviços**, não passível de prorrogação.

**9.71.1.** Ultrapassando este prazo, os efeitos financeiros do equilíbrio econômico-financeiro do contrato somente terão vigência a partir da data de apresentação do laudo pericial junto à unidade fiscalizadora/gestora da CONTRATANTE.

**9.72.** Em caso de alteração no ambiente de trabalho e/ou de mudança nas atividades exercidas, que possa resultar em direito ao recebimento de adicional de insalubridade ou de periculosidade, a CONTRATADA deverá realizar perícia técnica, conforme previsto no parágrafo 3º do Art. 58 da Lei 8213/91, cujo laudo pericial resultante tem o prazo de 60 (sessenta) dias, não prorrogável, a contar da data do evento que lhe deu causa, para ser entregue à CONTRATANTE.

**9.72.1.** A CONTRATADA terá direito, retroativamente, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a partir da data da alteração no ambiente de trabalho e/ou da mudança nas atividades exercidas, se, e somente se, o laudo pericial for entregue no prazo.

**9.72.2.** Ultrapassando este prazo, os efeitos financeiros do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato somente terão vigência a partir da data de apresentação do laudo pericial junto à unidade fiscalizadora/gestora da CONTRATANTE.

**9.73.** A CONTRATADA será a única responsável pelas remunerações retroativas a seus funcionários.

**9.74.** Acatar solicitação da CONTRATANTE para conceder férias aos funcionários alocados na prestação do serviço sem a necessidade da reposição da mão de obra, quando, em razão da efetiva redução no atendimento da CONTRATANTE, tal medida puder ser realizada sem trazer prejuízo no atendimento ao público e de acordo com a legislação.

**9.75.** Na ocasião da concessão de férias sem a reposição da mão de obra, deverá a CONTRATADA realizar na fatura ou nota fiscal seguinte os descontos oriundos da não reposição, conforme itens 9.73.1 e 9.73.2.

**9.75.1.** Os descontos são referentes aos custos que a CONTRATADA não incorrerá devido à ausência de reposição dos funcionários em férias, ou seja, os custos de reposição do profissional ausente previstos no módulo 4 da planilha de custos e formação de preços + vale-alimentação + vale-transporte do período não repostos + assiduidade (se houver) + outros custos relacionados (se houver).

**9.75.2.** Os descontos deverão ser sobre suas rubricas e seus reflexos na planilha de custos.

**9.76.** Para fins de apuração dos custos não renováveis, encaminhar listagem contendo as rescisões trabalhistas dos postos fixos de trabalho alocados ao contrato, referentes ao período indicado na solicitação, de modo que conste o nome dos funcionários, a data da rescisão, se a iniciativa foi do empregado ou da empresa, e o tipo de aviso prévio (trabalhado/indenizado), quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de 10 dias úteis.

**9.76.1.** Em caso de não envio dentro do prazo, os custos relativos ao aviso prévio indenizado e ao aviso prévio trabalhado serão reduzidos a 10% para todos os postos em que não forem encaminhadas todas as informações solicitadas referentes às rescisões.

**9.76.2.** Para os postos que não tiveram rescisões no ano do contrato e para os postos que tiveram apenas rescisões por iniciativa do empregado ou por justa causa, uma vez que a empresa não teve nenhum custo relativo a aviso prévio, os custos referentes ao aviso prévio indenizado e ao aviso prévio trabalhado serão reduzidos a 10%.

**9.76.3.** Para os postos que tiveram apenas rescisões por iniciativa da empresa, com aviso prévio trabalhado, uma vez que a empresa não teve nenhum custo relativo a aviso prévio indenizado, os custos referentes ao aviso prévio indenizado serão reduzidos a 10%.

**9.76.4.** Para os postos que tiveram apenas rescisões por iniciativa da empresa, com aviso prévio indenizado, uma vez que a empresa não teve nenhum custo relativo a aviso prévio trabalhado, os custos referentes ao aviso prévio trabalhado serão reduzidos a 10%.

**9.77.** Em razão de eventual redução do horário de expediente da CONTRATANTE em decorrência de recesso acadêmico, as horas não trabalhadas pelos empregados terceirizados deverão ser compensadas, conforme a necessidade do serviço.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

**10.1.** A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo ao Edital.

**10.2.** Excepcionalmente, mediante compensação de jornada de trabalho pelo empregado, desde que compatível com a natureza dos serviços e apenas quando expressamente consentido pela CONTRATANTE, poderá ser dispensada a substituição do profissional durante sua ausência, e desde que haja interesse manifestado pelo trabalhador, nas hipóteses seguintes:

- a) diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, quando houver; e
- b) necessidade eventual de caráter pessoal de trabalhador em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto.

**10.3.** Em nenhuma hipótese será anuída a ausência compensável quando sua ocorrência ocasionar:

- a) aumento de custos do contrato;
- b) o acionamento de trabalhador substituto para cobrir a ausência do solicitante;
- c) compensação acima dos limites permitidos pela legislação trabalhista; ou
- d) conflito com a legislação trabalhista vigente, convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídios coletivos da categoria.
- e) violação de direito, quando o trabalhador tiver direito à falta justificada pelo motivo indicado para a compensação.

**10.4.** Nas hipóteses em que viável e autorizada, as compensações de jornada limitar-se-ão:

- a) à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- b) ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

**10.5.** As ausências do empregado do posto fora das hipóteses permissivas acima aludidas e quando não autorizadas pela Contratante exigem a substituição do profissional, sem o que haverá a glosa pelo período não substituído, além de eventual apuração em decorrência de infração contratual.

**10.5.1.** As hipóteses, o regime de compensação, os prazos e demais matérias afetas seguirão o que preconiza a Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 81, de 12 de setembro de 2024.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.2.1.** Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

**12.3.** O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.5.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.6.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.6.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.6.3.** Das indenizações e multas.

**12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.8.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

**12.9.** O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**12.10.** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**12.11.** Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

**12.11.1.** A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

**12.11.2.** Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**12.12.** Na hipótese do item anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do CONTRATADO no prazo de 15 (quinze) dias a partir do vencimento da obrigação trabalhista, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao CONTRATADO.

**12.13.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**12.13.1.** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**12.13.2.** Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

**12.14.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**12.15.** O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**13.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**15.1.** As obrigações pertinentes à LGPD são aquelas definidas no Edital.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Edital.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

## **20. DOS APÊNDICES DESTE ANEXO II DO ATO CONVOCATÓRIO**

**20.1.** Apêndice I - Termo de Nomeação do Preposto

**20.2.** Apêndice II - Declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

*1-*

*2-*



## Apêndice I - Termo de Nomeação do Preposto

Contrato nº: \_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_

Por meio deste instrumento, a empresa \_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_ (endereço completo da empresa), doravante denominada **OUTORGANTE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ (representante legal da empresa), CPF \_\_\_\_\_, nomeia e constitui o (a) Sr. \_\_\_\_\_ (nome do preposto indicado pela empresa), brasileiro(a), (cargo que ocupa na empresa ou profissão), CPF nº \_\_\_\_\_, como o seu **PREPOSTO**.

**PODERES/DEVERES:** Representar a empresa OUTORGANTE na condição de PREPOSTO no Contrato \_\_\_\_/20\_\_, firmado com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, obrigando-se a receber, diligenciar, encaminhar e responder as solicitações e orientações de ordens técnicas, legais e administrativas referentes à execução contratual, encaminhadas pela gestão/fiscalização do contrato; participar de reuniões e assinar as respectivas atas, obrigando a contratada a cumprir os termos dela constante; receber notificações da gestão/fiscalização do contrato de ocorrências relacionadas à execução dos serviços, respondendo ou tomando providências dentro do prazo estipulado; bem como representar a OUTORGANTE em todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

### Contatos funcionais do preposto:

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Contato em aplicativos de mensagens (se houver): \_\_\_\_\_

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
(Representante Legal da Contratada)

IN 05/2017: Art. 44. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

§ 1º A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

§ 2º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§ 3º O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 4º A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.

**Apêndice II – Declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato**

**Contrato nº:** \_\_\_\_\_

**Objeto:** \_\_\_\_\_

Por meio deste instrumento, a empresa \_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_ (endereço completo da empresa), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ (representante legal da empresa), CPF \_\_\_\_\_, considerando o disposto no ANEXO VIII-B, item, 10.1, g.4, da Instrução Normativa MPOG nº 5/2017 combinado com o Art. 2º, III, da Instrução Normativa MPOG nº 06/2018, declara que possui responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato nº \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_, firmado junto à Universidade Federal de Santa Catarina.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
(Representante Legal da Contratada)

## **ANEXO VIII**

### **PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

As Planilhas de Custos referência, preenchidas pela Administração, serão disponibilizadas na íntegra, em arquivo digital, na página **[www.licitacoes.ufsc.br](http://www.licitacoes.ufsc.br)**.